

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Curso de Especialização
em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE
PALHANO: ASSISTENCIALISMO OU COMPROMISSO SOCIAL?**

FRANCISCA NILMA DA SILVA

FLORES – RUSSAS – CEARÁ
MAIO/2002

FRANCISCA NILMA DA SILVA

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE
PALHANO: ASSISTENCIALISMO OU COMPROMISSO SOCIAL?**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, sob a orientação do Professor Manoel Sampaio da Silva

FLORES, RUSSAS - CEARÁ

MAIO/2002

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Curso de Especialização
em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio

Francisca Nilma da Silva

Monografia aprovada em ____/____/____

Prof. Ms. Manoel Sampaio da Silva
Orientador

1º EXAMINADOR

2º EXAMINADOR

Prof. José Olavo
COORDENADOR DO CURSO

Aos meus pais, meu baluarte.

Pelo esforço para criar os 9 filhos, desejo e prazer em vê-los “educados”, “formados”, pela cumplicidade na desafiante aventura da vida.

À meus pais, meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me dá força para que eu lute e leve adiante a herança honrosa que me deu, que é trabalhar como um ser significativo para a sociedade onde vivo.

Aos meus primeiros mestres, que abriram os horizontes na minha busca incansável por um futuro promissor, meus cúmplices na busca do conhecimento.

A meus irmãos, meus verdadeiros amigos, em especial o “Jarbas”, que dividiu comigo a grande ventura de fazer esta Especialização e ao “Glauber” pela colaboração na digitação dos trabalhos, em especial desta construção.

Aos professores da UVA, pessoas humanas, grandes profissionais, que muito contribuíram para que eu possa avançar na luta por uma educação melhor para os meus educandos.

Aos entrevistados e questionados, pela gentileza com o qual me atenderam.

Aos diretores das instituições de educação infantil, que visitei.

Ao Departamento de Educação Infantil, na pessoa de Célia Soares, que me forneceu informações e documentos para a realização deste trabalho.

A todos que direta ou indiretamente, colaboraram neste processo com informações, escuta e sugestões.

CRIANÇA, EU QUERO VER VOCÊ FELIZ

Criança, eu queria tanto ver você feliz:
tirar dos seus olhinhos toda lágrima,
deixar, talvez, aquela tão somente que você deixar cair
entre sorrisos
e que ainda mais lhe dá encanto.

Criança, eu queria tanto, tanto,
ver você feliz:
tirar do seu coração toda dor e sofrimento;
que faz você buscar
alívio e segurança no regaço de sua mãe.

Criança, eu queria tanto, tanto,
ver você feliz:
tirar do seu caminho
todo obstáculo e tropeço;
deixar, talvez, aquele tão somente
que possa preservar você
de seu imprudente e cair nos abismos.

Criança, eu queria tanto, tanto,
ver você feliz:
para onde você vai
para onde você vai
por aí eu já passei,
por isso, agora lhe prometo
nos caminhos de sua vida
nada por ou tirar
que impeça ser gente.

Criança, eu queria tanto, tanto,
ver você feliz!
Hoje e amanhã.
E mais amanhã do que hoje.

(Pe. Osvaldo Gonçalves)

RESUMO

Esta monografia teve como objetivo analisar as razões políticas e razões práticas para a Educação Infantil Palhanense, estabelecendo um confronto entre o que é dito e o que é realizado em termos de ações concretas. Para tanto, foi preciso estudar a Política de Educação Infantil (diretrizes, objetivos e ações prioritárias), a nível Nacional, Estadual e Municipal, observando-se a situação de atendimento educacional à criança de 0 a 5 - 6 anos. Busca-se explicitar a proposta de ação da Secretaria Municipal de Educação para a Infância, apresentando também os diversos programas na área e que são trabalhados intersetorialmente. Tenta-se com isso, responder ao seguinte problema: em que medida as intenções políticas, firmadas na Política de Educação Infantil do Município de Palhano, se constituem efetivamente em ações concretas, ultrapassando o assistencialismo para se tornar compromisso social? Para subsidiar a parte teórica, foram feitas leituras em diversos documentos fornecidos pela Secretaria de Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SEMECD), em livros de autores consagrados na área, como: MELLO (1987), NICOLAU (1995). ANDRADE e COELHO (2000), CRUZ (2000), entre outros. Fez-se também a aplicação de Questionários a 18 professores, entrevista aos gestores do Município (Prefeito, Secretários de Educação, Ação Social e Coordenadora do Programa Saúde da Família – PSF- Programa Saúde da Família) e observações in loco, para constatar a veracidade do que foi pesquisado. A conclusão a que se chega, é que a Política de Educação Infantil neste Município é compreendida pelo setor público como um conjunto de ações que visam à uma transformação social mais ampla, porque é tida como compromisso social, apesar de muitos pais (e é, nesse ínterim, que se nota a aculturação) e de algumas pessoas da comunidade concebê-la como um meio de assistência à criança de 0 a 5 - 6 anos.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO: | 01 |
| 2 CAPÍTULO I: Políticas Públicas – Conceituação | 04 |
| 2.1. Breve Histórico das Políticas para a Educação Infantil | 07 |
| 2.2. Aspectos Legais da Educação Infantil no Brasil – Últimos 50 anos | 14 |
| 2.3. O papel das ONGs e das Agências Internacionais, junto às políticas públicas para a Educação Infantil | 19 |
| 2.4. Creche e Pré-Escola: Conceitos Básicos | 22 |
| 2.5. Dados Estatísticos sobre Educação Infantil no Brasil | 25 |
| 3 CAPÍTULO II: Política de Educação Infantil no Estado do Ceará | 28 |
| 4 CAPÍTULO III: Diagnóstico do Município de Palhano – características gerais | 32 |
| 4.1. Política de Educação Infantil no Município de Palhano | 36 |
| 4.2. Relatório de observações in loco | 44 |
| 4.2.1. Centro de Educação Infantil – Sede do Município | 44 |
| 4.2.2. Creche Comunitária Raimunda Joaquina de Jesus – Canto da Cruz | 47 |
| 4.2.3. Projeto Roda Moinho – Sede do Município | 49 |
| 4.2.4. Creche Tia Maroquinha – Cajueirinho | 51 |
| 4.3. Análise de Dados | 53 |
| 4.3.1. Questionários | 53 |
| 4.3.2. Entrevistas | 56 |
| CONCLUSÃO | 63 |

BIBLIOGRAFIA 66

FONTES 68

ANEXOS 69

LISTA DE TABELA

| | |
|---|-----------|
| TABELA 01 – ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 2002 | 35 |
|---|-----------|

1 INTRODUÇÃO

A questão básica a que se propõe este trabalho é analisar e constatar se a Política de Educação Infantil no Município de Palhano, está voltada para o Assistencialismo à criança ou se é um compromisso social dos gestores para com a comunidade infantil palhanense.

Sabendo-se que, a educação das crianças de 0 a 6 anos vem crescendo aceleradamente a cada dia, é necessário que se estude as formas de investimentos, os objetivos pretendidos pelos governantes e as ações prioritárias de seus planos para a Educação Infantil. Porque é preciso evitar que dentro da expansão, haja divisão ou descaso para com as crianças nessa faixa etária, devido as condições sócio-econômicas e culturais das mesmas.

Não se pode conceber educação e política em separado. As duas se completam e como tal, precisa de um olhar atento, investigador, que diagnostique após estudos, avanços e problemas, para que sejam tomadas novas decisões, que visem o aperfeiçoamento após estudos.

Como trata-se de um trabalho de pesquisa, tem como fonte principal e que o fundamenta, documentos fornecidos pela SEMECD (Secretaria de Educação, Cultura e Desporto), além de leituras de vários autores consagrados na área de Política Educacional e pesquisa de campo, que muito contribuiu para que se chegasse a elucidação da problemática levantada acerca do atendimento à criança de 0 a 5 - 6 anos neste Município.

Primeiramente, procura-se conceituar Políticas Públicas e fazer um resgate das políticas para a Educação Infantil, buscando até mostrar as diversas concepções acerca desta área ao longo dos anos, bem como refletir sobre os fatores que a influenciam e os aspectos legais desta educação nos últimos 50 anos. Trabalha-se ainda, o papel das ONGs e Agências Internacionais e suas relações para com a educação na faixa de 0 a 6 anos. Procura-se também, conceituar Creche e Pré-Escola e, demonstrar dados estatísticos sobre a educação infantil no Brasil.

Para tanto foram consultados MELLO (1987), NICOLAU (1995), CRUZ (2000), dentre outros autores, com vistas a fomentar a realização deste trabalho. Aplicou-se também, questionários a 18 professores da área de educação infantil, entrevistas aos Gestor Municipal, Secretários de Educação e Ação Social, Coordenadora do PSF e visitas a quatro instituições de educação infantil.

Dando continuidade ao referencial teórico desta monografia, aborda-se a maneira como está direcionada a Política de Educação Infantil no Estado do Ceará, haja vista, a ênfase do discurso em prol do “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”.

No terceiro capítulo, evidencia-se um diagnóstico geral do Município, no tocante à dados demográficos, localização, área, atividades econômicas, dentre outras. Em seguida, abre-se espaço à descrição da Política de Educação Infantil adotada pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com as Secretarias de Ação Social e de Saúde, enfatizam-se os projetos que foram colocados em prática em 2001, as ações priorizadas e as que ainda estão por vir.

Apresenta-se, mais adiante alguns relatos de observações in loco, pois sentiu-se a necessidade de ver de perto o funcionamento de algumas instituições de educação infantil do Município.

Há ainda, a análise dos dados coletados através da aplicação do questionário à 18 professores e das entrevistas com o Prefeito Municipal, com os Secretários de Educação e a de Ação Social, bem como com a Coordenadora do Programa Saúde da Família (PSF).

O objetivo principal dos relatórios, questionários e entrevistas, é estabelecer um confronto entre o que é dito nos discursos oficiais, ou é explicitado em planos e o que tem sido feito realmente, para que as ações desenvolvidas ultrapassem o assistencialismo para se tornar compromisso social.

Finalmente, apresenta-se a que conclusão se chegou sobre o tema pesquisado, mostrando-se também o desejo de que esse trabalho possa oferecer subsídios para a implementações das ações a serem desenvolvidas, visando a democratização da educação infantil.

Explicita-se em segundo as fontes bibliográficas que fomentou este trabalho, o nome das fontes (humanas) que compartilharam informações para esta produção e os principais instrumentos utilizados para a coleta de dados na pesquisa de campo, que verificam essa obra.

2 CAPÍTULO I: POLÍTICAS PÚBLICAS – Conceituação

Para conceituar Políticas Públicas, é conveniente buscar, primeiramente, a origem da palavra política.

De origem grega, usada por vários filósofos e escritores da Grécia antiga, como assinala DALLARI, (1984:8), esta palavra deriva de “polis à cidade, isto é, ao lugar onde as pessoas viviam juntas”. Então, “política se refere a vida na polis, ou seja, a vida em comum, às regras de organização dessa vida, aos objetivos da comunidade e às decisões sobre todos esses pontos”. Entende-se também de política, como “arte e ciência do governo”.

In DALLARI (1994:10), “Política é a conjugação das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum”.

Alguns sociólogos e juristas contemporâneos a definem como conhecimento sistemático dos fenômenos políticos, isto é, do Estado, como fato político que engloba os demais fatos políticos.*

Pode-se então, definir Políticas Públicas como um conjunto de ações no sentido de elevar o bem-estar da comunidade, abrindo novas possibilidades e oportunidades para a qualificação do que é desejado, a partir de uma interação entre governo e a sociedade civil,

* Retirado do Dicionário de Sociologia da Editora *Globo* 1963.

por meio dos setores organizados e de organizações não governamentais, instituições de cunho não lucrativo e sociais.

Como vai ser trabalhado ao longo deste trabalho o tema “Política Educacional, torna-se essencial conceituá-la. Sabe-se que ela é formada por um conjunto amplo de agentes, se desenvolvendo em uma esfera maior: o Estado. Isso porque, quando a política educacional é mencionada, o Estado aparece como lugar onde se elaboram as teorias, planificações e realização, que integram sua obra em matéria de educação”.*

“Pode-se afirmar, portanto, que a política de educação tem no âmbito do Estado dois referenciais básicos: de um lado, a afirmação das intenções formais do poder público, expresso nos planos de governo e na legislação educacional e, de outro, a prática efetivamente desenvolvida, nem sempre coincidente com os princípios e meios firmados no discurso daqueles que se responsabilizaram pela formulação das políticas públicas” (VIEIRA e ALBUQUERQUE, 2001:26).

Não se pode compreender política educacional como um ato isolado, ditado “de cima para baixo, do Estado para a sociedade”, conforme explicita VIEIRA e ALBUQUERQUE (2001).

SOUZA (1984:35), enfatiza que “política educacional diz respeito a objetivos”. Uma vez que, as políticas oficiais são quem explicam os objetivos e as metas de um programa de governo, apesar de que nem sempre, estes objetivos se constituem em realidade, já que a política educacional é determinada por várias políticas, tais como: econômica, cultural, social etc.

Uma política educacional democrática, além de ser um conjunto de leis, providências administrativas e normas técnicas, deve levar em conta, os diferentes interesses e zelando pelos interesses comuns e majoritários.

* Feito com base em VIEIRA e ALBURQUERQUE, 2001.

“É na correlação de forças¹ entre os atores sociais das esferas do Estado - as sociedades políticas e civil - que se definem as formas de atuação prática, as ações governamentais e, por conseguinte, se trava o jogo das políticas sociais” (VIEIRA e ALBUQUERQUE, 2001:26).

2.1 Breve Histórico das Políticas Públicas para Educação Infantil

Conhecer a História não é uma tarefa simples. Como diz Kuhlmann Jr. (1998, in CRUZ, 2000), “é a interação de tempos, influências e temas”. É através dela que se compreende melhor o presente e se constitui numa maneira de se ver o que está sendo proposto, muitas vezes com uma roupagem deferente.

Recorrendo aos estudos históricos da educação no Brasil, verifica-se que a política Pública para a Educação, existe a partir de uma complexidade de fatores políticas, sociais e econômicas que ultrapassam muitas vezes, os interesses nacionais, no que diz respeito as exigências na esfera educacional. Cada vez mais, os interesses nacionais sofrem influências dos interesses externos, devido as relações internacionais, que nem sempre estão ligadas às necessidades reais do país. “Nem sempre os objetivos firmados através das políticas educacionais se constituem em ações concretas”.*

Mesmo já havendo experiências com a educação infantil, foi só a partir da segunda metade do século XIX que as instituições desse nível de educação tiveram êxito. Era vista como sinônimo de caridade ou filantropia, visando a atender, os filhos de operários.

É importante frisar que no Brasil, após a Lei do Ventre Livre (na década de 1870), mostrou-se uma preocupação em acolher os filhos recém-libertos de mães escravas, surgindo daí, uma das primeiras referências às creches populares.

Tira-se deste fato, que a concepção assistencialista (assistência científica), prevaleceu durante toda a Segunda metade do século XIX.

* Ver SOUSA, Solange Jobim em Tendências e Fatos na Política da Educação Pré-Escolar no Brasil. Aracajú-Sergipe: Julho de 1984.

A partir de 1875, alguns grupos particulares, começaram a elaborar projetos de atendimento à criança, embora insuficientes e, de caráter, ora assistencialista, ora elitista.

...“creche, voltada para as crianças das camadas mais empobrecidas da população, voltadas mais para sua guarda e alimentação, e as pré-escolas, em geral direcionadas para as camadas médias e altas da população, com maiores preocupações com métodos pedagógicos que favorecessem o desenvolvimento das crianças” (CRUZ, 2000:18).

“Dentre as primeiras iniciativas, destaca-se:

- 1738 – criação da creche dos Expostos – sendo extinta em São Paulo, em 1948.
- 1896 – também voltado para a elite, foi criado o jardim de infância da Escola Caetano de Campos, São Paulo, pública.
- 1899 – criada a primeira creche para filhos de operários, intitulada Creche da Campanha de Fiação e Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro.
- 1899 – fundado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ). Uma entidade particular de caráter médico (puericultura intra-uterina e extra-uterina), que também tinha preocupações com os aspectos jurídicos e educacionais”.*

Nota-se claramente, a falta de interesse da administração pública com relação à criança de 0 a 6 anos, tanto em termos de proteção jurídica quanto de alternativas de atendimento.

Visando minimizar esse desinteresse do governo (e olhe que no Brasil, já se vivia num regime republicano), é que vários grupos filantrópicos, começaram a reconhecer a importância do atendimento à criança. Juristas, criaram no ano de 1906, o Patronato de Menores no Rio de Janeiro, com o intuito de proteger as crianças cujas mães trabalhassem fora de casa. Em 1908, foi criada a primeira creche popular cientificamente orientada, destinada a filhos de operários até dois anos de vida. Em 1909, foi inaugurado o Jardim de Infância Campos Salles no Rio de Janeiro. Já no ano de 1919, criou-se o Departamento da Criança do Brasil – DCB, com o objetivo de centralizar informações, estudos e pesquisas sobre criança.

* Este histórico foi produzido com base em CRUZ (2000:18).

Pelo exposto, é interessante assimilar que, nas primeiras décadas do século XX, as creches começaram a se expandir por causa das indústrias. Mas apesar disso, praticamente, o Governo não investiu na educação infantil.

Na década de 20 (século XX), mudanças sociais, políticas e econômicas foram marcantes no Brasil: modelo econômico adotado em lugar da monocultura cafeeira, afetada pela crise mundial de 1929, a substituição de importações; o fortalecimento da burguesia urbano-industrial; a política “café com leite”; o crescimento do setor industrial; a ampliação da classes média; o fenômeno da urbanização, etc. Tudo isso serviu para motivar a entrada do Estado, no tocante ao atendimento a criança. Havia a necessidade de “preparar a criança de hoje para ser o homem de amanhã” e do próprio fortalecimento do Estado, que deveria estar ausente dos conflitos de classe, embora afirmasse não ter condições de financiar a educação infantil.

Como afirmam CRUZ e KRAMER (1987:61), a tônica do período que antecede os anos 30 é a medicalidade da assistência à criança até 6 anos, imbuída ainda de uma concepção abstrata da infância.

Com a reorganização dos aparelhos de Estado, provocado pela política “café com leite”, valorizou-se a criança, através da mobilização de autoridades oficiais e iniciativas particulares para reforçar o patriotismo, juntamente com o Estado.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, contribuindo para que no período de 1930 à 1980, a assistência médica e pedagógica à infância estivesse associada ao fortalecimento e desenvolvimento brasileiro.

KRAMER (1984:54-86), salienta que a multiplicidade de órgãos oficiais que se voltavam para a assistência infantil era e continua sendo imensa, estando inter-relacionados das seguintes maneiras:

- ligados ao Ministério da Saúde, ao da Previdência e Assistência Social (além do Ministério da Justiça, no caso de menores infratores);
- ao da Educação e, ainda, à iniciativa privada.

Só na década de 40, foram criados vários órgãos de assistência ao menor, vinculados aos setores público e internacional. Como exemplos, pode-se citar: o Departamento Nacional da Criança (1940) e o Serviço de Assistência ao Menor (SAM - 1941); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF - 1946) e a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (OMEP - 1948), que no Brasil, tem trabalhado junto ao setor público desde 1953. O surgimento da Legião Brasileira de Assistência (1942), foi uma aspiração de Darcy Vargas, recebendo o apoio da Federação das Associações Comerciais e pela Confederação Nacional das Indústrias. Esse órgão visava promover serviços de assistência social diretamente com o poder público e instituições privadas, direcionando seus esforços para a proteção à maternidade e infância.

Já na década de 50, o órgão que se destacou foi o da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e incorporada ao Instituto Nacional de Assistência ao Educando em 1985, integrando desde 1983 a Fundação de Assistência ao Educando (FAE). Durante essa década, verifica-se a tendência médico-higiênica no Departamento Nacional da Criança.

Durante os governos militares (1964 à 1985) a expansão da Educação Infantil deu-se através dos programas implementados pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), hoje, extintos.

No ano de 1964, o SAM(Serviço de Assistência a Menores), era extinto, sendo criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), com funções normativas e supervisora das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM) e seus recursos destinados à assistência técnica e à cooperação financeira.

No período de 1970 a 1980, foram criados:

- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN - 1972), cuja função é a elaboração de programas de assistência alimentar da escola pública de 1º Grau. Destaca-se a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNE), ligada ao MEC.
- Projeto Casulo (1974), visando atender crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, prevenindo a marginalidade, suprimindo carências nutricionais e desenvolvendo atividades recreativas. Estava vinculado a LBA.
- Coordenação de Educação Pré-Escolar (COEPRE - 1975) vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, objetivando o desenvolvimento de um plano de educação pré-escolar. Segundo FÚLVIA ROSEMBERG (1997, apud CRUZ, 2000: 21), o programa Educação Pré-Escolar do MEC, traduziu as recomendações do UNICEF, assumindo formalmente a função de assistência às população empobrecidas, não implementando nenhum programa de educação pré-escolar nos moldes de educação compensatória.

No ano de 1981, o MEC, através do MOBREAL, lança o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, que adotara as propostas do UNICEF para crianças da faixa de 0 a 6 anos, vinculando-se a educação à assistência.

Em 1982, a educação pré-escolar se torna o programa prioritário do MEC e do MOBREAL, em especial, a clientela de 4 a 6 anos. No ano seguinte, a educação pré-escolar deixa de ser o programa prioritário. Apesar de serem mantidos, faltam recursos humanos e financeiros para uma atuação de qualidade.

Com a extinção do MOBREAL em 1985, e a criação da Fundação Educar, o programa de pré-escolar do MEC, é transferido para a Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus – SEPS, que passou a coordenar os Projetos Municipais de Educação Pré-Escolar, através de convênios assinados entre as Delegacias do MEC e as Prefeituras, como assinala SOUZA e KRAMER (1987: 66).

Extinta também a COEPRE em 1987, a Secretaria de Ensino Básico do MEC, é quem coordena o Programa Pré-Escolar.

Com a Constituição promulgada em 1988, o Estatuto da Criança e o Adolescente (ECA - 1990) e mais recentemente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, é bastante notório o ingresso do atendimento a criança de 0 a 6 anos na esfera educacional. É um fato bem relevante, é que em todas essas leis, a educação infantil é tida como a primeira etapa da educação básica. Trazem referências importantes, como exemplo pode-se citar CRUZ (2000, p.25), “a educação infantil é dividida em creche e pré-escola sendo a diferença entre ambas unicamente em termos da idade atendida (creche para crianças de 0 a 3 anos e pré-escola para as de 4 a 6 anos)”.

Ainda no ano de 1993, o MEC, divulga para discussão, o documento que traz as propostas das diretrizes gerais para uma Política de Educação Infantil, bem como as ações que o Ministério deveria coordenar, nos próximos anos, relativas a este segmento da educação. Traduz assim, a consciência social sobre o significado da infância e o direito à educação da criança em seus primeiros anos de vida.

Em 1998 (depois da promulgação da LDB 9394/96), entra em vigor, o conjunto de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Aprovado em dezembro de 2000 e sancionado pelo Presidente da república em Janeiro de 2001, o Plano Nacional de Educação (Lei N.º 10172/01), define entre outras providências,

as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino até o final da 1ª década deste século XXI. É prevista a extensão da escolaridade obrigatória para crianças de seis anos de idade, quer na educação infantil, quer no ensino fundamental.

Eis alguns pontos desse plano:

“Ampliar a oferta da educação infantil de modo a atender, em 5 anos, a 30% da população de até 3 anos de idade, e 60% da população de 4 a 6 anos, e até o final da década, alcançar a metade 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 a 5 anos...”

...“Extinguir as classes de alfabetização; adotar progressivamente o atendimento integral para criança de 0 a 6 anos...”

...“Definir parâmetros de qualidade para supervisão em educação infantil; incluir creches ou entidades equivalentes no sistema Nacional de estatísticas educacionais, no prazo de três anos” (PNE, 2001: 9 - 17).

O PNE reforça as orientações da LDB, ampliando os horizontes da educação infantil para a superação da divisão assistência/assistencialismo.

Verifica-se no decorrer desse histórico, que a educação infantil estava alardeada por uma concepção educacional assistencialista, sendo somente encarada como dever do Estado e direito de todos os cidadãos a partir da década de 80.

2.2 Aspectos Legais da Educação Infantil no Brasil – Nos Últimos 50 Anos

Apesar da educação infantil existir no Brasil desde a época do Brasil colônia, só recentemente é que ela aparece numa lei geral de Educação, ganhando um capítulo próprio: Capítulo II, Seção II – Da Educação Infantil (Lei N.º 9394/96).

A primeira LDB (Lei N.º 4024/61), dizia que a educação de 0 a 6 anos, seria dada em jardins de infância e instituição equivalente já a Lei N.º 5.692/71, quase não faz referência à Educação Infantil: *“Os sistema de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternais, jardins de infância e instituição equivalentes” (Art. 19, parágrafo 2º).*

Segundo VIEIRA e ALBUQUERQUE (2001), o único outro dispositivo da Lei N.º 5.692/71 sobre a educação anterior ao ensino obrigatório define que:

“Os sistemas de ensino estimularão as empresas que tenham em seus serviços mães de menores de sete anos a organizar e manter, diretamente ou em cooperação, inclusive com o Poder Público educação que preceda o ensino de 1º grau (Art.61)”.

Na época, houve críticas à respeito desta lei e sua posição com a educação infantil. Todavia, nenhuma lei sobre educação da criança antes da escola obrigatória, surgiu.

Contudo, a educação infantil cresceu no Brasil, ganhando espaço nos planos de educação do MEC e das Secretarias de Educação. Houve até um movimento intitulado “Movimento Nacional Criança e Constituinte”, visando que a Constituição Federal de 1988, reconhecesse que a educação de zero a seis anos, é um direito da criança e da família e um dever do Estado. A Lei Federal, reconhece esse direito e determina que os Municípios desenvolvam programas de educação pré-escolar com assistência técnica da União e dos

Estados e atuem prioritariamente nesse nível e no ensino fundamental. *“O dever do Estado com a educação será efetivada mediante a garantia de: - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (Art. 208, parágrafo IV, CF. 1988).*

Mesmo que a educação infantil não seja obrigatória para a criança de zero a seis anos, ela faz parte da concepção geral de educação no Brasil. O Estado não pode programar a educação sem considerar a educação infantil, uma vez que, é obrigado a oferecê-la para todas as crianças que dela necessitem, atendendo a procura dos pais. Fazendo parte da educação básica, tem que ser contemplada no orçamento do MEC e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Muitos sabem que no Brasil, visava-se a elaboração de uma nova LDB e que nesse projeto figurasse a criança de zero a seis anos. De 1988 à 1996, houve três Substitutivos na Câmara dos Deputados e um no Senado Federal, onde a educação infantil recebeu apoio a melhoria técnica na sua formulação.

Segundo a Lei N.º 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

“A educação infantil primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Título V, Cap. II, Seção II, Art. 29).

Quando o texto se refere ao desenvolvimento integral da criança, nota-se que o mesmo expressa que a educação infantil é um processo único, integrado na criança pequena, já que os aspectos mencionados estão indissociavelmente ligados. Verifica-se ainda que, a família é vista como instituição primordial da educação infantil e que esta não pode ignorá-la. Tanto a creche, quanto a pré-escola, devem servir de instrumentos de apoio, de complementação, de fazer o que a família faria no horário em que está trabalhando.

Esta Lei, ainda estabelece que:

*“O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivada mediante a garantia de:
- atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (Título II, Art. 4ª, parágrafo IV).*

De acordo com a LDB 9394/96, a União, trabalhará em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, traçando competências e diretrizes para a educação infantil, buscando assegurar formação básica comum através de conteúdos mínimos.

O Brasil participou em 1990, em Jomtien (Tailândia) da Conferência Mundial Educação para Todos, que reafirmou o compromisso com as urgências educacionais. Nosso país foi escolhido para colocar em prática o Plano de Ação, que visava suprir as necessidades básicas de aprendizagem. Mas para isso, o Brasil precisava superar obstáculos nos indicadores econômicos e sociais, pois havia apresentado um dos piores índices na década de 80. *“O país veio a ser caracterizado como uma “ilha de miséria” em relação aos demais países do continente, sendo a sua performance uma das piores do continente no ano de 1992”.**

Vale ressaltar ainda que, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990), reproduz os dispositivos constitucionais no seu Artigo 54, parágrafo IV, quando afirma que *“É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento em creche e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (Lei 8.069/90).*

De acordo com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, *“cada país poderá estabelecer suas metas para a década 1990, em consonância às dimensões propostas a seguir: expansão dos cuidados básicos e atividades de desenvolvimento infantil, incluídas as intervenções da família e da comunidade, direcionadas especialmente às crianças pobres, desassistidas e portadoras de deficiência”.***

* Citação de Vieira e Veras em a Política Educacional Brasileira na atual conjuntura. Fortaleza, mimeog. 1993.

** Trecho extraído do Documento preparado pelo UNICEF/CE, para subsidiar os Encontros Regionais de Educação/CE.

Conforme dados do IBGE (1992), dentro da faixa de atendimento de crianças de 0 a 6 anos, houve um avanço nos indicadores educacionais, que apesar de significativo, ainda havia e há muito o que se fazer em termos de qualidade e quantidade.

A Secretaria de Educação Fundamental, apresenta no I Simpósio Nacional de Educação Infantil (realizado em Brasília, de 08 a 12 de agosto de 1994), a Proposta de Política de Educação Infantil, elaborada pelo MEC e já discutida no âmbito da Comissão Nacional de Educação Infantil e de outras instituições do governo e da sociedade civil. Esta proposta fixa as diretrizes gerais, os objetivos e ações prioritárias da política e enfatiza a necessidade de articulação de iniciativas para sua implementação. Aprovou-se, na sessão plenária final, o encaminhamento à Conferência Nacional de Educação para Todos, da Proposta de Educação Infantil, acrescidas de algumas recomendações resultantes dos debates ocorridos no Simpósio, além de várias monções.

“É função do MEC, incentivar estratégias de articulação de diversos setores e ou instituições comprometidas com a Educação Infantil nos níveis estaduais e municipais, na discussão e definição de Políticas de Educação Infantil (educação, saúde, obras, abastecimento, planejamento, finanças, assistência social, ONGs, etc.)” (MONÇÃO APROVADA NO SIMPÓSIO, 1994).

O MEC tem expresso a sua preocupação com a questão da qualidade na educação infantil por meio de alguns documentos como Política de Educação infantil (1994), por uma Política de formação do profissional de educação Infantil (1994), Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil (1996), critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (1997).

A Emenda Constitucional N.º 14, de 12 de setembro de 1996, modifica o Artigo 311 da Constituição Federal, dando nova redação ao parágrafo 2º: *“Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil” (p.19).*

E o mais interessante é que segundo a legislação vigente, a educação infantil é responsabilidade dos municípios (CF, Art.211 e LDB, Art. 11).

A integração da Educação Infantil no âmbito da Educação Básica, é fruto das lutas dos vários segmentos da sociedade civil e dos profissionais da educação, que a compreendem como um direito das crianças e um dever do Estado.

A fim de reforçar o tratamento dado à Educação Infantil pela LDB, é que a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, elabora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Estas diretrizes, “constituem-se na doutrina sobre Princípios, Fundamentos e Procedimentos da Educação Básica, que orientarão as Instituições de Educação Infantil dos Sistemas Brasileiros de Ensino, na organização articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas”.*

Segundo REGINA ALCÂNTARA(1998), “as crianças de 0 a 6 anos sendo cuidadas e educadas pelos esforços comuns de suas famílias e do Estado, lhes propiciará a possibilidade de inclusão numa vida de participação e transformação nacional, dentro de um contexto de justiça social, equilíbrio e felicidade”.**

O Plano Nacional de Educação (Lei N.º 10.172/2001), também garante o direito da criança de 0 a 6 anos à educação.

* Relatório da Câmara de Educação Básica, aprovado em 14.10.1998.

** Conselheira Regina Alcântara de Assis – Relatora da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – Brasília: 14.10.1998.

2.3 O Papel das ONGs e das Agências Internacionais, junto às Políticas Públicas para a Educação Infantil*

A cooperação internacional na área da educação brasileira, vem de longa data (a partir da década de 50, com a assinatura de convênios entre o Brasil e os Estados Unidos, através da USAID (United States Agency for International Development), conhecidos como os Acordos MEC – USAID, como afirmam VIEIRA e ALBUQUERQUE (2001: 45).

O Brasil tem participado de diversos eventos na agenda internacional para educação, além de firmar propostas com as políticas internacionais e trazer organização internacionais para o desenvolvimento de projetos na área de educação.

Uma das funções do MEC, é articular os diversos setores e ou instituições comprometidas com a educação infantil nas esferas estaduais e municipais, para a implementação de Políticas de Educação Infantil. Pois, durante muito tempo, a omissão do Estado com relação à educação da criança de 0 a 6 anos, levou algumas organizações não-governamentais a ocupar um espaço que não era seu e sim do Estado.

Estas organizações exerceram e continuam exercendo um papel importante na área da Educação Infantil, seja no atendimento direto as crianças, ou dando assessoria as organizações que o fazem, ou democratizando informações, ou tentando a mobilização da Sociedade Civil na luta por uma Política de Educação Infantil.

Muitos vêm esse atendimento de forma diversificada e muitas vezes precário, no tocante a qualidade.

* Feito com base em VIEIRA e ALBURQUERQUE, 2001.

Entre uma dessas organizações está o UNICEF, que fora criado em 1946; com o objetivo de socorro países após a devastação causada pela Segunda Guerra Mundial. Este órgão trabalha buscando ajuda internacional para angariar recursos em favor da criança. É um órgão permanente da Organização das Nações Unidas – ONU, desde 1964, atuando através de convênios com órgãos do governo nas esferas federal, estadual e municipal.

Seu orçamento é constituído de contribuições voluntárias governamentais, internacionais, não-governamentais e de particulares. O Brasil contribui para o UNICEF, através da realização do programa “Criança Esperança”, que é promovido anualmente, além da venda de cartões de Natal.

O Programa de Cooperação assinado entre o governo do Brasil e o UNICEF é Criança, Prioridade Nacional E é concebido por meio de um planejamento de longo prazo, que estabelece as orientações de sua atuação no país, onde são estabelecidos objetivos, estratégias e projetos para cinco áreas específicas.

O Banco Mundial, instituição criada em 1944, em consonância com o Fundo Monetário Internacional (FMI), tem influenciado a política macroeconômica, direcionando e conformando a política educacional.

Já o OMEP, tem finalidade de atender às crianças de 0 a 7 anos, sem distinção de classe social. É uma organização educativa internacional e não governamental. Começou a agir no Brasil com a criação do Comitê – Brasil da OMEP em 1953, com a ajuda de voluntários que ministravam cursos pré-escolares particulares e de formação de professores para atuar na pré-escola. Este órgão mantém convênio com órgãos oficiais, recebendo doação e contribuições de seus sócios.

Porém, de todos os trabalhos desenvolvidos por essas ONGs, o que mais se destaca é a tentativa do despertar da consciência de que é a educação infantil é responsabilidade das três esferas de governo: municipal, estadual e federal em articulação com a família.

2.4 Creche e Pré-Escola – Conceitos Básicos

Está na Constituição Federal de 1988 (Art. 208, par. IV) e na LDB - Lei N.º 9394/96 (Art. 30, par. I e II), que o atendimento a criança de 0 a 6 anos se dará em creche e pré-escola.

“A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade”
(LDB/96, Art. 30, p. I e II).

Em alguns países ela é obrigatória. No Brasil ela é facultativa, sendo que sua oferta pelo Estado, é obrigatória.

Creche e pré-escola surgem portanto, “como um instrumento de apoio, de complementação, responsáveis por fazer o que a família faria ou deveria fazer no horário do dia, que coincide com o trabalho dos pais e, principalmente, por trazer algo mais”.*

À cada dia, cresce a demanda pela educação das crianças de 0 a 6 anos, seja pela necessidade dos pais trabalharem fora do lar, bem como o desejo da sua formação intelectual, social e psicomotor.

Nesse ínterim, creche e pré-escola, são geralmente diferenciadas pela idade das crianças envolvidas nos programas, onde a creche se definiria por abranger crianças de 0 a 3 anos e a pré-escola de 4 a 6 anos. Ainda diferenciando esses dois termos de educação infantil, a creche se caracteriza por atuar diariamente em tempo integral e a pré-escola, por funcionar semelhante ao ensino regular, em meio período.

* Comentário de Vital Didonet – Assessor Legislativo da Câmara dos Deputados para a Revista da Criança, 1994.

A creche, é uma alternativa para facilitar a liberação da mulher para o mercado de trabalho. Apesar do atendimento em creches ser questionado por alguns, como prejudicial ao desenvolvimento mental e emocional da criança, ela é vista também como uma forma moderna e inovadora de se criar uma criança. Estudos recentes, revelam que quando se propicia um atendimento de boa qualidade na creche, não há perda no desenvolvimento da criança, uma vez a “creche deve se constituir no “espaço” onde o brinquedo, o desenvolvimento do pensamento e a psicomotricidade infantil emergem num clima afetivo e rico em interação interpessoais” (NICOLAU, 1995: 277).

Em muitos países, a creche é vista como uma instituição que atende crianças até os 3 ou 4 anos de idade, porque o atendimento ao pré-escolar de 4 a 6 anos já está inserido no sistema educacional mais amplo, como enfatizam OLIVEIRA e FERREIRA (1986:20).

No Brasil, apesar do aumento da reivindicação por creches, verifica-se que se faz mais pela população de baixa renda. Tem-se acelerado esse crescimento nos grandes centros urbanos, onde os movimentos populares se tornam instrumentos de pressão política que exigem a creche como direito do trabalhador.

Então, poderia-se conceituá-la como a instituição que atende a criança nos primeiros anos de vida e enfatizar da necessidade de se fazer um trabalho de caráter educativo e não somente assistencialista. Além de garantir alimentação, saúde e segurança, é necessário oferecer condições de funcionamento para que a criança se desenvolva integralmente.

Definir pré-escola com caráter educativo, é ressaltar que a educação ofertada seja adequada às características e necessidades próprias das crianças nessa idade. Deve, para isso, desenvolver uma ação pedagógica, que ultrapasse o assistencialismo, para que a criança, principalmente de baixa renda, tenha acesso e permaneça com êxito no processo educativo.

É a pré-escola, uma instituição onde a criança de 4 a 6 anos, se desenvolve no ritmo que lhe é próprio, através de atividades lúdicas, sendo vista também como classe de alfabetização.

No decorrer da história, a pré-escola foi vista como “guardiã” das crianças órfãs e filhas de trabalhadoras. Mais tarde, com a criação do Kindergarten (Jardins de Infância), a pré-escola passou a ser concebida como “preparatória” (relacionada à educação) e que tinha como função, compensar as carências infantis. Depois da 2ª Guerra Mundial a idéia de que a pré-escola poderia resolver os males educacionais, principalmente na escola de 1º Grau.

Fugindo dessas concepções, a pré-escola deve ser concebida não somente como instituição, mas como uma área que atende as necessidades da criança, criando condições adequadas para o seu desenvolvimento global.

Por isso, é essencial salientar que “a educação pré-escolar é mais do que instrução. A educação propriamente dita inicia-se a partir do nascimento, diferencia-se de acordo com a idade e as condições de vida das pessoas” (NICOLAU, 1995, 74).

Diferenciando-se em alguns aspectos, creche e pré-escola, fazem, ou devem fazer parte dos primeiros anos de vida da criança, constituindo-se em educação infantil, que tem um papel fundamental na formação integral da mesma, numa sociedade em constante processo de transformação.

2.5 Dados Estatísticos sobre a Educação Infantil no Brasil

Fazendo-se uma retrospectiva sobre o crescimento da educação infantil no Brasil, verifica-se que esse subnível da Educação Básica, ganhou status na década de 70, do século passado, acelerando-se em 1993.

No ano de 1998, os 5.320 Municípios brasileiros ofertavam educação infantil, correspondendo a 96,6%.

Segundo a Sinopse Estatística da Educação Básica (1998), a creche atendia a 381.804 crianças, em idades que variam de menos de 4 a mais de 9 anos. São dados incompletos, diante do número de crianças de 0 a 3 anos, que é de 12 milhões.

Os dados mais completos é com relação ao atendimento de 4 a 6 anos. De acordo com o Sistema Nacional de Estatísticas Educacionais, no ano de 1997, das 9,2 milhões de crianças, 4,3% estavam matriculadas em pré-escolas, o que equivale a 46,7%. Em 1998, esse atendimento caiu para 4,1 milhões e 44%.

Houve uma para a partir de 1993 nas matrículas, que ficaram por volta de 4,2 milhões.

De acordo com a CF. 1988, Art. 211 e a LDB, 96, Art. 11, a oferta de educação infantil é uma responsabilidade dos Municípios.

Para confirmar o que foi dito anteriormente, em 1997, vê-se uma retração nas matrículas efetivadas. O Estado, atende 600 mil crianças (bancando sua participação no total de matrículas; passa de 25,9% para 9,6%). As de iniciativa privada de 34% para 24%. Em

1998, a redução foi bem mais visível; 396.000 matrículas. Os Municípios por sua vez, passaram de 1,3 milhão de matrículas para 2,7 milhões (um aumento de 39,2% para 66,3%).

Constata-se uma uniformidade na distribuição de matrículas quanto ao gênero: 49,5% (feminino) e 50,5% (masculino). E essa uniformidade se dá em todas as regiões do país.

O Nordeste detém quase 47,5% das 78.106 pré-escolas existentes no Brasil em 1998. Os Estados continuam retraídos quanto ao número de estabelecimentos de ensino infantil e os Municípios passam de 47,4% para 65,7%, detendo assim, a maior parte de estabelecimentos. A iniciativa privada aumenta essa detenção de 22,7% para 25,4%.

A Educação Infantil, conta com 219 mil funções docentes, das quais 129 mil são da rede municipal, 17 mil, estaduais e 72,8 mil, pertencentes a particulares.

O número de alunos por professor no setor público é de 21 por 1 na esfera municipal e de 23,4 na estadual, o que é um fato positivo para a qualidade do trabalho desenvolvimento. Já no setor privado essa relação é de 18,7 uma vez que conta com 1 professor para atender a 14 crianças.

Há ainda dados, muitos deles desanimadores, no tocante à infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino infantil principalmente nos da Região Nordeste. Falta água, parque infantil, o que vem a contribuir para uma educação infantil descaracterizada (descontextualizada).

Em 1998, é registrado um decréscimo de cerca de 200 mil matrículas na pré-escola, persistindo esses dados ainda em 1999, quando efetivou-se somente 159 mil. Segundo a Sinopse Estatística da Educação essa redução é fruto da implantação do FUNDEF, que contempla o Ensino Fundamental, separadamente da etapa anterior e posterior da educação

básica. Este fato, tem contribuído para o fechamento de muitas instituições de educação infantil.

É importante assinalar que, a partir de 1998, o Censo Escolar, começou a coletar dados sobre as creches. A verificação desses dados mostra uma matrícula pouco expressiva. A maior concentração encontra-se na esfera municipal: 537.628 crianças (ano de 2000). Na pré-escola tem-se 2.838.057 e nas classes de alfabetização, 395.809 crianças matriculadas. Comparando esses dados à matrícula de 1996, verifica-se um aumento significativo, ressaltando contudo que, na classe de alfabetização tende-se a diminuir. Fato este provocado pelo aparecimento do FUNDEF. Matricula-se as crianças da classe de alfabetização no ensino fundamental, visando aumentar o número de alunos nesse nível de ensino, para angariar mais recursos para o poder público.

De acordo com VIEIRA e ALBUQUERQUE (2001:95), nas esferas Federal, Estadual, Municipal e na iniciativa particular, *“Somando-se a oferta em creche, pré-escola e classe de alfabetização verifica-se que esta totaliza 5.564.577 matrículas no ano de 2000, representando 12% da educação básica oferecida no País”*.

3 CAPÍTULO II – POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO CEARÁ – DÉCADA DE 90 (SÉCULO XX)

A proposta para a Educação do Ceará está centrada em três vertentes: Todos pela Educação, Educação de Qualidade e Educação para Todos. Está orientada na perspectiva de Educação para todos, firmada pela Conferência de Jomtien (Tailândia 1990). Ressalta-se a importância da Educação para unir cidadania e desenvolvimento sustentável.

Dentro desta perspectiva, foi elaborado o Plano Decenal de Educação para Todos, em 1993, que expressa a política educacional do Estado a ser operacionalizada no decênio 1993 – 2003, visando o fortalecimento da educação infantil. A elaboração desse Plano foi marcado por uma tentativa de envolvimento da participação da sociedade, ORGs e ONGs, “buscando legitimação para viabilizar a estratégia de parceria e cooperação”, como afirmam VIEIRA e ALBUQUERQUE (2001).

Segundo dados estimados para 1992, no Estado do Ceará, a população de 0 a 4 anos, correspondia a 864.772 crianças e a projeção que foi feita para 203, espera-se que o Estado consiga atender a 85,5% da população de 5 a 6 anos de idade, na Educação Pré-Escolar. Contudo, só será real essa perspectiva se houver decisão política e potencialidade do Estado para aumentar o atendimento nesse subnível de ensino.

O Estado cearense tem acompanhado as orientações nacionais, sendo notório essa sintonia a partir de 1995.

Na definição de uma política de educação para todos, a educação infantil, definida em Lei, como direito da criança e dever do Estado, tem sido compreendida como um dos meios para a escolarização bem sucedida. Busca-se nesse sentido, “uma ação conjunta entre a política educacional e as diferentes instâncias que cuidam da criança, em particular os conselhos e os órgãos dirigentes de saúde, cultura e ação social”.*

Antes da aprovação do ECA(Estatuto da Criança e Adolescente – 1990), no Ceará iniciou-se o movimento pela criação dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e dos Conselhos Tutelares, visando-se tê-los como parceiros no plano educacional.

A Política Estadual de Educação Infantil (SEDUC/CE), está fundamentada em princípios norteadores, em que a criança é vista como um ser completo e em processo de desenvolvimento. Destaca ainda, as duas funções complementares da Educação Infantil: cuidar e educar; além de enfatizar que a mesma contribui para a construção de uma sociedade melhor.

O Conselho de Educação do Ceará (CEC), regulamenta a Educação Infantil, através da Resolução N.º 361/2000.

“A educação infantil, etapa inicial da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, afetivo, cognitivo, social, cultural e espiritual” (CEC, 2000, Cap. I, Art. 1º).

Dois parágrafos no Capítulo II, desta resolução que dispõe sobre a Oferta da Educação Infantil, chamam a atenção:

“Poderá ser antecipada a matrícula na pré-escola a crianças que venham a completar quatro anos de idade no decorrer do semestre letivo” (Cap. II, Parágrafo 1º)...

* Baseado no documento: A Caminhada Cearense 1998.

“...As crianças com necessidades especiais serão atendidas na rede regular do seu respectivo sistema de ensino” (Cap. II, Parágrafo 3º).

É importante ressaltar, que o MEC, tem um programa de apoio às secretarias estaduais e municipais que tenham política de formação continuada de professores de educação infantil. E o Ceará compõe um dos quatro pólos que colocará esse plano em ação, através da Secretaria Estadual de Educação do Ceará – SEDUC.

Através do redimensionamento das classes de alfabetização, as crianças de 6 anos e mais, tiveram direito ao ensino fundamental garantido.

Visando efetivar um dos princípios norteadores da Política Estadual de Educação, as creches e pré-escola estão modificando o seu perfil para espaços educativos com as funções de cuidar e educar.

Segundo o princípio de que, só se educa para a democracia educando pela democracia é que atualmente no Ceará, a política da Educação se traduz nos desafios lançados pela Agenda 0 - 5 anos – Ceará. Nesta Agenda, está exposto a necessidade de Universalização do atendimento às crianças desde a pré-concepção até os 5 anos, através do atendimento intersetorial, com vista ao ingresso no Ensino Fundamental aos 6 anos. Objetiva-se a criação de espaço lúdicos, o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais, formação e capacitação dos profissionais que atuam na área, adequação de espaços já existentes, criação de um acervo de literatura infantil, bem como a democratização do acesso ao mesmo.

Deseja-se, sensibilizar e mobilizar toda a sociedade cearense em torno da importância da infância enquanto etapa de desenvolvimento do homem e, da necessidade de se buscar parcerias com instituições diversificadas, visando garantir e promover o direito de todas as crianças à educação, saúde, cultura e cuidado.

Viabilizar a gestão e sustentabilidade dessa Agenda, exige a garantia de recursos nos orçamentos do Estado e dos Municípios, direcionados para executar as ações relativas à educação infantil. Destaca-se ainda, a proposta de se criar um Fundo Específico para a Educação e Desenvolvimento Infantil, discutindo-se acerca de transformar o FUNDEF em FUNDEB, para ampliar do Ensino Fundamental par a Educação Básica.

Busca-se também a parceria do Judiciário e Legislativo para garantir a efetivação da Agenda, bem como o trabalho integrado das diversas secretarias e órgãos envolvidos.

Vale ressaltar que toda as ações contempladas, são acompanhadas e avaliadas através de relatórios elaborados pelos Municípios.

Fóruns Estaduais Sistemáticos, estão sendo realizados, objetivando discutir e elaborar documentos que visam o acompanhamento e complementação das políticas do governo.

E talvez, o mais significativo dessa política é que, a escola é eleita como ponto de partida de toda ação pedagógica.

4 CAPÍTULO III: DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO – Características Gerais

Começou a história de Palhano, dita pelos mais velhos, que foi um senhor por nome de José Palhano o 1º morador desta ribeira. Este homem andava caçando e ao deparar-se com um rio, achou o lugar ideal para morar e fixou residência. Tempos depois havia um número significativo de moradores.

Há ainda outras versões acerca da origem do nome Palhano. A primeira, é que este nome se deve ao fato de Estevão de Souza Palhano e Manuel Gonçalves de Souza terem descoberto o riacho intitulado Riacho da Cruz. A Segunda, diz que o nome supracitado, vem do sobrenome de Antônio da Silva Cruz que foi o 2º morador destas plagas.

*“Apesar dessas informações serem de cunho popular, elas traduzem um fundo de verdade, quando vemos em Datas e Fatos para a História do Ceará página 188, o registro de uma data de sesmaria de 3 léguas de terra, concedida em 24 de Outubro de 1733, ao Coronel Manuel Gonçalves de Souza e ao Tenente Coronel Estêvão de Souza Palhano, descobridores do Riacho da Cruz”.**

No início do século passado (01.01.1901), Frei Davi, pregando missões deu a bênção a Santa Cruz, razão esta, que o local foi chamado Cruz de Palhano. Depois passou a ser chamado Vila Palhano e depois, por força do Decreto – Lei N.º 448 de 20 de Dezembro de 1938, simplesmente Palhano, nome do rio que banha a cidade.

* ROCHA, Limério Moreira da. Russas sua origem, sua gente, sua história. Prof. Elizeu Ferreira Lima. Recife: Recife Gráfica, Ed. 1976: 218 p. il. inclui bibliografia

Foi distrito de Russas, criado pela Lei N.º 1114 de 30 de Dezembro de 1943. No ano de 1958, foi elevado a categoria de Município pelo Decreto Lei N.º 4076 de 8 de Maio deste mesmo ano e instalada a Prefeitura no dia 15 de Maio.

No que se refere aos aspectos geográficos, este Município está localizado na região do Vale do Jaguaribe, no Estado do Ceará. Abrange uma de 469Km² e dista da capital Fortaleza, 152km. O acesso é a CE 040 que a liga a BR-166. Apresenta um clima seco e quente, com temperaturas que variam de 26° a 30° C e está à uma altitude de 70m do nível do mar.

De terreno plano e ondulado, rochoso e argiloso, a cidade é banhada pelo Rio Palhano, que é de carácter periódico.

Geograficamente, é dividida em duas regiões: a da Ribeira (à margem do Rio Palhano) e a das Lagoas (distantes da sede do Município).

Limita-se ao Sul com Russas e Jaguaruana, a Leste com Itaiçaba, Beberibe e Aracati ao Norte e Russas a Oeste.

Possui um distrito, chamado de São José. Que conta com uma população censitária (IBGE, 2000), de 1.078 habitantes, sendo que deste universo 146, são crianças de 0 - 6 anos.

Fazendo menção aos aspectos económicos a principal fonte de renda é a agricultura de sequeiro e as indústrias de olarias. Na pecuária, destaca-se a criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos. Como recursos naturais, aponta-se a argila (barro) e o óxido de ferro. Há ainda o artesanato de palha e a extração de cera.

Tem dois colégios mantidos pela Rede Estadual (1 de Ensino Fundamental e 1 de Ensino Médio) e 16 estabelecimentos de ensino fundamental mantidos pelo Município (9 estabelecimentos e 7 anexos). Há uma escolinha particular que atende crianças de 3 à 8 anos.

Palhano tem também 1 Hospital Público Municipal, Fórum, Mercado Público, Matadouro, posto do Banco do Brasil, comércios variados, posto de gasolina, clubes dançantes, parques de vaquejada, etc.

Apesar de pequeno, o Município oferece uma certa infra-estrutura, tais como: água encanada, energia elétrica (urbana e rural) e saneamento básico ainda precário.

Segundo dados do IBGE, a população censitária de 2000 é de 8.165 habitantes, sendo que aproximadamente 989 corresponde à população de 0 - 6 anos.

Palhano (sede) chegou ao ano 2002, com várias Igrejas: Católica (a mais antiga, que tem como Padroeira Nossa Senhora da Conceição); Igreja Evangélica Assembléia de Deus, (fundada em 1971), a Universal do Reino de Deus e Testemunha de Jeová.

“Ao longo de sua história política-administrativa, essa cidade já contou com o trabalho de 8 prefeitos eleitos (visto que, alguns deles foram reeleitos em diversos pleitos). Fato este, que provocou uma parada no seu desenvolvimento, haja visto que o Poder Municipal, ficou concentrado nas mãos de um só grupo político” (grifo meu).

Atualmente, Palhano é administrada por um prefeito jovem, que é professor e que tem como lema de governo “Novos Caminhos” para o município.

Com relação à Educação Infantil, segundo dados do Departamento de Educação Infantil, em 17 comunidades do Município(haja vista a existência de anexos), há atendimento educacional à criança de 0 - 5 - 6 anos, sendo que algumas, na faixa etária dos 6 anos, já se encontram matriculadas no Ensino Fundamental. Na Educação Infantil (creche e pré-escola) foram efetivadas até o final de fevereiro deste ano (2002), a matrícula de 411 crianças.

Conforme a Tabela 01, esse atendimento está assim distribuído:

ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 2002

| Local do Estabelecimento | Anexos (Comunidades) |
|---------------------------------|-----------------------------|
| Sede | Boi Morto e Salgadinho |
| Lagoa da Telha | Lagoa Cercada e São Manuel |
| Creche Canto da Cruz | – |
| Almas | Futuro |
| Barbada | – |
| Feijão Manso | – |
| Creche da Pedra Branca | – |
| Cajueirinho | – |
| Feijão Bravo | Córrego da Esperança |
| São José | Cedro de Santana |

Fonte: Departamento de Educação Infantil - SEMECD

Há de se ressaltar ainda, a parceria entre as Secretarias de Ação Social e a de Educação Infantil.

O trabalho pedagógico conta com o trabalho de 33 professores, com os mais variados níveis de formação profissional.

A cidade, sofre constantemente com as estiagens de chuvas, acarretando com isso, inúmeros problemas, dentre os quais, a falta de emprego se acentua, afetando gradativamente, a população pobre, em especial as crianças que sofrem com a desnutrição e verminoses.

4.1 Política de Educação Infantil no Município de Palhano

A responsabilidade pela Educação Infantil na esfera municipal, está definida pela LDB/96, reiterada pela Emenda Constitucional N.º 14 e consolidada pelo PNE/2001.

Esta fase da vida (0 a 5 - 6 anos), é de suma importância para o desenvolvimento pleno do cidadão, fazendo-se necessário, um olhar atento sobre esta clientela.

Para explicitar a Política de Educação Infantil no Município, faz-se preciso, resgatar os dados que se tem sobre esse subnível da educação básica. De acordo com o Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, no ano de 1997, existiam em todo município 193 crianças matriculadas na pré-escola, 169 atendidas pelas creches e 217 em salas de Alfabetização. Ao todo, 579 crianças, as quais, das 217 da Alfabetização, somente 176 obtiveram êxito, 21 foram transferidos e 20 crianças evadiram. No ano seguinte, os dados fornecidos pela Secretaria supracitada, indicam que na pré-escola, 198 crianças foram matriculadas, registrando-se um declínio significativo na evasão, que fora de 4 alunos. Na Alfabetização das 175 crianças, 162 tiveram sucesso, 2 evadiram e as restantes, transferidas e/ou reprovadas. Não há registro do atendimento nas creches.

Com a implantação dos Ciclos de Formação, houve um redimensionamento no atendimento à criança de 0 a 6 anos no ano de 1999. Na Educação Infantil, foram atendidas, 218 crianças em idade pré-escolar, das quais 5 evadiram. As crianças na faixa etária de 5,5 e 6 anos, passaram a constituir a educação básica, ciclo I. ao todo, eram 60 crianças, registrando-se uma evasão de 6,75% (5 crianças).

No ano seguinte, 2000, verifica-se que a matrícula inicial na educação infantil é de 164 crianças. Entre as transferências recebidas e expedidas, contava-se 14 e 2, respectivamente. 2 crianças evadiram. Já no ciclo I, na turma de 6 anos, matricularam-se 51 crianças, das quais 3

evadiram. Registrou-se, 9 transferências recebidas e 8 expedidas e um total de 59 crianças aprovadas.

Em 2001, muda-se o Governo Municipal, que tem como slogan “novos caminhos” e busca um maior compromisso com as mudanças necessárias para se realizar uma educação mais democrática e voltada para o interesse da maioria. E um dos desafios buscados, é a questão expansão quantitativa e qualitativa da educação infantil.

Neste mesmo ano (2001), o Departamento de Educação Infantil efetiva a seguinte matrícula: creche – 158 crianças, pré-escola – 295 crianças e 88 crianças entre 5 e 6 anos foram matriculadas no Ensino Fundamental.

Assim como muitos dos municípios brasileiros, Palhano tem problemas sócio-econômicos, que afetam o crescimento e o desenvolvimento da criança e de sua família. E, é analisando esse contexto que a política social dever ser direcionada.

Para efetivar essa realidade, é que o atual Governo Municipal tem solicitado a integração intersetorial (intersectorialidade), ou seja, uma ação conjunta dos setores educação, saúde e assistência social. Busca-se uma articulação interinstitucional, visando somar esforços, para se obter eficácia e eficiência no atendimento à infância palhanense. Deseja-se uma educação infantil com função social e educacional específica. Uma educação infantil, com o papel social de valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos, exercendo sua função pedagógica.*

À fim de dar à Educação, e em especial a educação infantil, um impulso significativo, é que foi elaborado um Plano de Ação para início em fevereiro de 2001 e término em dezembro de 2004. MELLO, enfatiza que:

* Baseado em retirado alguns trechos do texto de KRAMER e ABRAMOVAY, 1984, apud NICOLAU, 1990:35.

... “É altamente desejável a elaboração do plano. Tratando-se da ação do poder público que pretende exercer-se democraticamente, essa desejabilidade torna-se obrigatoriedade. É dever do grupo dirigente governamental explicitar e registrar por escrito suas propostas, para que a comunicação e a fiscalização de seu trabalho seja facilitada...

...O plano enquadra, imprime, seqüência e organiza, de modo linear, um conjunto de pressupostos, metas e estratégias cujo processo de construção não ocorreu na mesma ordem nem foi presidido pela mesma lógica com que é formalizado” (1987:105).

Muitas são as metas pretendidas pela Secretaria Municipal de Educação, mas, a mais significativa é a parceria com as Secretarias de Ação Social e a de Saúde, para um trabalho coletivo de acompanhamento a educação infantil.

Eis alguns pontos contemplados no Programa de Ação da S.M.E. e que já foram colocados em prática:

- Execução e acompanhamento dos planejamentos junto aos Coordenadores das Creches e Pré-Escolas;
- Acompanhamento das atividades da Educação Infantil nas áreas específicas de Creches e Pré-Escolas;
- Parceria, com as Secretarias de Saúde e Ação Social para um trabalho coletivo de acompanhamento nas salas de Educação Infantil;
- Criação de parques infantis;
- Parceria com Agentes de Saúde para acompanhamento domiciliar das crianças de educação infantil;
- Monitoramento de atividades recreativas que complementem a aprendizagem da criança;
- Garantia de formação continuada aos professores em serviços;
- Criação de Biblioteca itinerante, através de uma kombi, equipada com todo material específico para tal fim;

Há ainda outras ações a serem desenvolvidas, tais como:

- Criação de Conselho de Pais nas instituições da Educação Infantil;

- Criação do Contador de História Voluntária, através da convocação de pessoas idosas para contar histórias às crianças, podendo assim, realizar momentos de socialização;
- Cobertura do atendimento às crianças portadoras de necessidades especiais. Essas crianças são atendidas em escolas comuns e encaminhadas para centros especializados para tratamento adequados em Fortaleza. Está sendo planejada a realização de um cadastro para identificação das crianças portadoras de necessidades especiais para uma melhor cobertura e atendimento destas crianças.

“A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (LDB/96, Art. 58. Parágrafo 3º).

E ainda,

“O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede regular de ensino...” (idem, Art. 60, Parágrafo. Único).

Trabalhando em consonância com os desafios da Agenda de 0 a 5 anos, que constitui a política de Educação Infantil do Estado do Ceará, Palhano, projeta a implementação do trabalho do Agente Zero Cinco Anos. Este programa de ação, terá início em Março deste ano.

Estabelecer o objetivo geral do Projeto:

“Criar o agente zero cinco anos, para garantir a política de assistência social, a política de saúde, a política da educação e cultura desde a concepção até os cinco anos de toda criança Palhanense com vistas a efetivação dos direitos da criança garantidos no ECA, criado pela Lei Federal N.º 8069 de 13 de Julho de 1990”.

A criação da figura do Agente 0 - 5 anos, em parceria com os Agente de Saúde, os Agentes Pastorais, a Escola, a Comunidade, a Família, visa o cumprimento do compromisso como agente de desenvolvimento infantil de 0 a 5 anos no novo milênio.

Quando se enfatiza, a política de assistência social, destaca-se as ações que deverão orientar este projeto. Na área de saúde, visa-se a orientação e encaminhamento para o pré-natal, incentivo ao aleitamento materno, controle de imunização, orientações para uma boa alimentação e higiene. No social, apoio o direito à habitação, lazer, legalização da cidadania, organização social e ocupação e renda. Na educação, acompanhamento da educação infantil oferecida, tanto em casa, como nas creches e pré-escolas, incentivo a educação dos pais, acompanhamento individual aos portadores de deficiências e orientações gerais para a família. O referido Projeto irá promover a integração família-escola e comunidade no compromisso com a criança de 0 a 5 anos, abrangendo 9 áreas do Município, através da ação intersetorial. Essas ações será gerenciada pelo Grupo de Trabalho (GT), coordenado pela Secretaria Municipal de Ação Social.

Nota-se uma preocupação em relação a valorização dos trabalhadores da educação, em especial, os envolvidos direta ou indiretamente com a educação e o desenvolvimento infantil. Deseja-se que este profissional se qualifique, para melhor atuar no trabalho com as crianças. Para isso, foi implantado no Município, Curso de Nível Superior, onde ingressaram 45 professores do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

MELLO, ressalta que,

“... A formação do professor precisa ser referida às respostas que conseguimos articular... E é demasiado complexa e envolve muitos parceiros legítimos para ser tratada por meio de reformas ou resoluções gestadas entre as quatro paredes dos gabinetes administrativos do ensino” (1987: 69).

Há ainda no âmbito da qualificação profissional, a viabilização de um curso de formação inicial e/ou continuada para os professores e coordenadores de educação infantil no Município. Este curso, previsto para meados deste ano (2002), contará com a parceria da SEDUC/SEDE, SEDUC/CREDE/AGF e municípios da Jurisdição dos CREDES.

Para estar mais próximos deste profissional, o Departamento de Educação Infantil, estabeleceu um calendário de reuniões mensais com os coordenadores pedagógicos desta área, para estudos dos PCNs, (Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil) que foi colocado em vigor em 2001, sendo replanejado este ano.

Busca-se também, a garantia de 2 merendas permanentes, enriquecidas com multimistura (alimentação alternativa, que segundo o UNICEF e o CETREDE (1997), uma das melhores características deste tipo de reforço alimentar é o seu baixo custo e alto teor nutricional).

Com relação a Merenda Escolar, MELLO (1987: 103), enfatiza que:

*“A merenda escolar tem o objetivo de suplemento...
...Fatores econômicos, que ninguém desconhece, tornaram a merenda indispensável para um melhor funcionamento da escola. As famílias de nossos alunos não têm condições materiais de alimentá-los satisfatoriamente. Eles vêm para a escola com fome e não conseguem concentrar as energias e a atenção necessária para aprender. Com fome, a criança se desenvolve mal, se desajusta na vida e, conseqüentemente, na escola. Por isso, servimos a merenda e por isso ela não pode ser vista como fim em si mesma e sim como meio necessário ao cumprimento do papel fundamental na escola”.*

Não se pode esquecer dos projetos em andamento, de atenção às gestantes e às mães das crianças de 0 a 5 anos. Por isso, pode-se citar:

- Programa Pré-Natal, desenvolvido pelas Secretarias de Saúde e Ação Social, tem como público alvo as mães gestantes. A metodologia desenvolvida é a seguinte: Incentivo de Controle as Carências Nutricionais (ICCN); Acompanhamento Mensal da ESSE; palestras educativas; kit meu bebê.
- Programa de ICCN, visa o atendimento às crianças desnutridas, através da Secretaria de Saúde, que faz a avaliação e o acompanhamento das crianças de 6 meses a 24 meses.

- Programa Roda Moinho que foi implantado em maio de 2001 e tem como objetivo atender a 100 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, residentes na sede do Município e da periferia, que tenham carência nutricional e oriundas de família em situação de pobreza e risco social. Faz-se o atendimento, através de ações de saúde, crescimento e desenvolvimento e de educação social. Tem um espaço físico próprio, espaço da brinquedoteca do Roda Moinho. É fruto de uma parceria entre as Secretarias Municipais de Ação Social, Saúde e Educação. As crianças de 0 a 2 anos, são atendidas na brinquedoteca, acompanhadas das mães e alimentadas em casa com o lanche que as mesmas recebem diariamente.

As crianças de 3 - 6 anos, freqüentam diariamente o Projeto Roda moinho e são assistidas na brinquedoteca, participam de brincadeiras sócio-educativas e de lanches preparados com multimistura (que tem um alto teor nutricional, já que as folhas de plantas e os farelos de cereais são ricas fontes de elementos essenciais à saúde).

“A Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos Direitos Sociais” (LDAS, Art. 2º. Parágrafo Único).

Nos centros de saúde, as crianças são atendidas pelo programa Saúde da Família com ações de imunização, C x D (Crescimento e Desenvolvimento) e atendimento odontológico.

Dentro desta perspectiva, é desenvolvido o Programa de Creche Continuada, que atende 430 crianças de zero a seis anos, em 9 creches. São feitas as seguintes ações:

- Atividades compatíveis a idade;
- Planejamento Mensal com 33 monitores de nível médio;
- Trabalho com a família, para conhecimento da proposta pedagógica que se desenvolve, objetivando uma educação de qualidade para construção da cidadania;
- Acompanhamento parcial das atividades, que conforme o Relatório de Gestão – 2001, precisa ser aprofundada.

No que se refere ao espaço físico, o atendimento às crianças pelas Secretaria Municipal de Ação Social, se dá nos prédios escolares da SEMECD e prédios alugados para esse fim.

Busca-se também a integração escolar, família e comunidade, para qualificar a Educação Infantil, bem como parcerias com os agentes comunitários de saúde, visando atender integralmente em seus direitos, todas as crianças na faixa etária 0 - 5 - 6 anos, conforme explicita o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.2 Relatórios de Observações In Loco

4.2.1 Centro de Educação Infantil – Sede do Município

Ao observar o referido centro, no dia 05 de março de 2002, nos períodos manhã e tarde, constata-se que o mesmo atende crianças na idade de 2 a 5 anos e meio.

Gerenciada e mantida pelo município, caracteriza-se por apresentar duas modalidades de atendimento à criança: Creche (2 a 3 anos) e Pré-escola (3 anos e meio à 5 anos e meio).

Ao conversar sobre o Projeto Educativo do Centro, Nilcilene Marques de Freitas, diretora, a mesma disse que: “O principal objetivo é desenvolver pequenas habilidades que favoreçam o aprender e educar das crianças. O trabalho da pré-escola, visa alfabetizar as crianças para o ingresso no ensino fundamental.

As crianças estão agrupadas por faixa etária (turma) e o trabalho pedagógico é desenvolvido de acordo com o nível de conhecimento da criança. O número de alunos por professor varia bastante.

Há ainda dois núcleos funcionando também neste período, nas localidades de Boi Morto (creche – 9 crianças para 1 professor e pré-escola – 9 crianças para 1 professor) e Salgadinho (pré-escola – 11 alunos por professor).

Funcionando das 07:00 às 11:00hs e das 13:00 às 17:00hs, a organização do espaço físico, visa a atender algumas funções básicas, suprimindo as necessidades das crianças, tais

como: promover oportunidades para o seu crescimento; promover segurança e confiança promover as relações com os outros, respeitando a privacidade de cada uma.

O mais interessante é o desenvolvimento das competências. Nota-se que o ambiente da sala, favorece “a independência da locomoção das crianças, no sentido de que elas possam fazer sozinhas atividades como pegar seus pertences, tomar água, ter acesso as prateleiras e estantes de brinquedos e materiais pedagógicos”, como assinala ANDRADE e COELHO (2000,13).

As salas não são arejadas, mas são iluminadas, bonitas, criativas, variando em formas e cores, o que favorece o desenvolvimento cognitivo, físico-motor e social da criança. Parece até estimular os sentidos, além de dar segurança para ela explorar o ambiente. Existe espaço diferenciados com alguns cantinhos que são organizados com materiais específicos como:

- Cantinho de atividades específicas de Matemática, Ciências, Estudos Sociais e Português, havendo uma interdisciplinaridade entre estas áreas;
- Cantinho de artes, dramatização.

As mesas e cadeiras tem as alturas adequadas para as crianças terem acesso, favorecendo muitas interações entre elas. O arranjo das salas reflete o dia-a-dia de cada turma, visto que os espaços vão sendo construindo de acordo com o ritmo de atividades desenvolvidos pelo professor e as crianças. Apesar dos espaços do Centro e das salas serem pequenos, são organizados de maneira criativa que adequa-se as necessidades da criança.

“O fundamental é o espaço estar organizado de forma que as atividades planejadas sejam atendidas. Organizar salas de uso coletivo... para o uso de várias turmas em rodízio facilita a economia e o melhor uso do espaço”. (ANDRADE e COELHO, 2000:15)

Infelizmente, este Centro não conta com um espaço externo, para que as crianças possam desenvolver atividades mais amplas como correr, pular, esconder-se, etc.

Mas as pessoas que o dirigem, demonstram um compromisso com relação aos recursos materiais. Adaptam jogos pedagógicos, brinquedos, confeccionam material junto com o professor de cada turma (fichas, quebra-cabeças, dominó, etc.), elaboram atividades que serão desenvolvidas de modo sistemático no dia a dia, integrando o cuidar e o educar.

“As crianças interagem com os objetos, conhecem suas propriedades e funções, dando a eles novos significados, transformando-os em objetos lúdicos, mas necessitam que o professor faça um planejamento cuidadoso do uso desses materiais pela criança”. (IBDEM:17)

O tempo é organizado de acordo com as atividades a serem desenvolvidas, considerando a faixa etária e o número de horas que a criança fica na escola. O planejamento é feito semanalmente com a orientação do Coordenador Pedagógico e as atividades são planejadas diariamente pelo professor, objetivando acompanhar os avanços das crianças, trabalhando as dificuldades encontradas, através de um trabalho diversificado dentro de cada turma.

“A rotina deve ser organizada de acordo com a faixa etária, interesse e ritmada turma. Cada atividade da rotina deverá oferecer à criança um tipo de experiência diferente. Organizar o dia a dia da criança significa estruturar o coletivo infantil, no tempo e no espaço”. (IBDEM:17)

O Centro oferece 2 merendas, que obedece a um cardápio e é bem feita. As merendeiras demonstram zelo ao prepará-la, visto que usam avental completo, bem com têm o cuidado até em esfriá-la.

O quadro de pessoal é constituído assim: 1 Diretora – Geral, 1 Coordenadora Pedagógica, 11 Professores, 1 Coordenador por anexo, 6 Merendeiras e 1 Funcionário de apoio.

No trabalho de sala de aula, são feitas atividades de organização coletiva, atividades de dirigidas, envolvendo áreas do conhecimento e são planejadas, avaliadas e coordenadas pelo professor; atividades livres e atividades dirigidas.

Verifica-se que os professores valorizam as necessidades expressas pelas crianças, ouvindo, conversando e observando suas atitudes. E as crianças demonstram sentir interesses pelas atividades desenvolvidas, olhando para o professor com confiança. Os professores cuidam e educam ao mesmo tempo.

A escola (prédio) como um todo, tem um aspecto agradável, com pinturas nas paredes, ambiente limpo, asseado e o mais curioso, tem até um pequeno canteiro de cebolas.

A direção fica numa pequena sala, com materiais à disposição do professor e ainda tem 2 banheiros que estão divididos entre meninos e meninas e uma cantina bem organizada.

Há crianças demonstram estar felizes e os professores, direção e demais funcionários estão comprometidos com trabalho a ser desenvolvido no Centro de Educação Infantil.

A mesma observação se aplica aos núcleos de Salgadinho e Boi Morto, que apesar de funcionarem, o primeiro na Associação de Moradores Amigos de Salgadinho e o segundo, em casa alugada, há o mesmo empenho e compromisso com o trabalho a ser desenvolvido com as crianças.

4.2.2 Creche Comunitária Raimunda Joaquina de Jesus – Comunidade de Canto da Cruz

Funcionando em um turno apenas, essa instituição de Educação Infantil, atende a crianças na idade de 2 a 3 anos e meio (creche) e de 4 - 5 anos e meio (pré-escola).

Há um professor na creche, que atende 15 crianças e um para trabalhar com 2 crianças da pré-escola.

Ao perguntar ao diretor da creche, qual o objetivo da Educação Infantil para as crianças, disse que é de “preparar a criança para o ingresso no ensino fundamental, através do processo de socialização, trabalhando desde a higiene corporal a conteúdos mínimos”.

A creche conta com o trabalho de 1 diretor, 1 coordenador pedagógico, 2 professores, 3 auxiliares de serviços gerais e 1 merendeira.

Observando os recursos materiais, nota-se que são poucos, mas dá para serem trabalhados com as crianças. É oferecida duas merendas, uma às oito horas e outra às dez horas. A 1ª é dada própria sala e a 2ª no pátio da creche.

Semanalmente os professores se reúnem para planejar as atividades do dia-a-dia, uma vez que o plano é flexível e deve ser trabalhado em conformidade com o nível de conhecimento das crianças.

A creche em seu aspecto físico interno é espaçoso, ventilado e iluminada. Já o espaço externo precisa ser restaurado, pois o muro está caído o que dificulta até o desenvolvimento de atividades mais amplas.

Tem uma cozinha ampla, limpa com depósito para guardar a merenda.

As 2 salas estão cimentadas, cada uma equipada com banheiro. Há um balcão com várias divisões, onde são guardadas os pertences das crianças. As mesas e cadeiras, coloridas, no tamanho adequado para a clientela atendida. O quadro de giz, está em péssimo estado de conservação.

No funcionamento das atividades pedagógicas, nota-se que não tem horário para começar e as crianças ficam dispersas pela sala. O material didático utilizado, não parece ter um objetivo definido. Com relação ao aspecto rotina diária, ANDRADE e COELHO, dizem que,

“A organização do cotidiano da instituição, das múltiplas interações entre pessoas, necessitam ser planejadas, programadas e administradas. É básico para o desenvolvimento infantil a organização de atividades estruturadas, planejadas pelo professor cabendo a ele mediar as interações criança-criança, adulto-criança, e da criança com o mundo físico e social. Dessa forma estará auxiliando na construção do conhecimento”. (2000:17)

4.2.3 Projeto Roda Moinho – Sede do Município

Com o objetivo de desenvolver ações para combater a desnutrição, priorizando o atendimento à saúde, crescimento e desenvolvimento e educação social, é que a Secretaria de Ação Social em parceria com as Secretarias de Saúde e Educação deu início em 2001, ao projeto supracitado, atendendo a 100 crianças da sede do município, na faixa etária dos 0 - 6 anos.

Tendo como matriz institucional é a SETAS (Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social) e o órgão executor é a Prefeitura Municipal, este projeto é financiado pelo Governo do Estado e Ministério da Previdência e Assistência Social.

Funcionando no Centro Comunitário Governador Virgílio Távora, tem uma brinquedoteca e quatro professores capacitados para desenvolver o trabalho com as crianças e duas preparadoras de multimistura.

No início do projeto, houve o apoio dos Agentes de Saúde, Agentes Educacionais e Programa Saúde da Família (PSF). Este ano, o projeto conta com o apoio da Pastoral da Criança.

É preciso ressaltar que mais de 90 famílias foram capacitadas, através de cursos sobre a preparação de multimistura, remédio caseiro, oficinas de brinquedos, reuniões de conscientização sobre a importância da alimentação enriquecida e oficinas de auto-estima.

Funciona de Segunda a Sexta, em 2 horas diárias, atende 4 turmas. Na quarta-feira conforme informam Raimunda Lúcia e Josiany Fernandes, a equipe se reúne para planejar atividades, na sexta-feira, há o momento de higiene corporal (que as crianças tomam banho em um chuveirão) e a equipe sempre visitam as famílias, para reconhecer o ambiente das crianças atendidas.

É importante frisar, que 10% das crianças distribuídos, foram recuperadas, 21% de crianças com DP - 1 e 4% com DP - 2 também se recuperaram e só 5% desistiram de participar do projeto.

Os brinquedistas, professores, estão planejando atividades diversificadas para desenvolver com a clientela atendida. A Metodologia está centrada em 3 eixos: Ação Social, Saúde e Nutrição e Educação.

Ao analisar o espaço físico interno, verifica-se que é muito bom. A sala é ampla, dividida em vários cantos: arte, leitura, numerais, faz-de-conta, entre outras. Há uma diversidade de brinquedos em um ambiente arejado, iluminado, bonito.

As crianças recebem a merenda no refeitório, que tem mesas e cadeiras em tamanhos adequados para as mesmas. A cantina é limpa, iluminada e com o material necessário para que se faça uma merenda bem feita.

O ambiente em que este projeto é desenvolvido, dá segurança para que a criança desenvolva suas potencialidades.

4.2.4 Creche Tia Maroquinha – Comunidade de Cajueirinho

Funcionando no turno manhã e dividida em duas turmas, de creche e pré-escola, esta creche, tem um espaço físico bem amplo, tanto interno como externo, contendo ainda um parque infantil.

A creche tem um Coordenador, dois professores e dois auxiliares de serviços gerais. A função dos professores é de ajudar na preparação da vida escolar dessas crianças.

A sala é bem estruturadas, com pinturas desenhos e cartazes. Inicia-se às 7:00h, com a primeira merenda às 7:30h, a segunda às 9:00h e a terceira às 10:30h e às 11:00h, o motorista transporta as crianças deixando-as casa por casa a companhia de uma monitora.

A escola tem um mimeógrafo, bastante papel ofício, pincéis, massa de modelar, brinquedos, etc. A merenda é servida, tem uma boa aceitabilidade por parte das crianças e dos pais. Os professores cuidam bem das crianças e as mesmas retribuem o carinho dado.

A creche é vista como um lugar que é a preparação da criança para a vida escolar e não só de brincadeiras.

4.3 Análise de Dados

4.3.1 Questionários

Como já foi exposto anteriormente, a Educação Infantil de Palhano, conta com o trabalho de 33 professores. Deste universo (que corresponde a 54,5% do total de professores), 18 responderam ao questionário que foi aplicado com o objetivo de avaliar o trabalho dos profissionais de Educação Infantil, bem como a forma como eles vêem as condições da instituição onde trabalham.

Ao serem perguntados sobre a função da Educação Infantil, 6 professores assinalaram que é de “instrumentalizar as crianças”, argumentando sua função pedagógica.

ABRAMOVAY e KRAMER (1991:29), refere-se a essa função da Educação Infantil em especial a Educação Pré-Escolar, assim:

“Quando dizemos que a pré-escola tem uma função pedagógica, referimo-nos a realidade e os conhecimentos infantis como ponte de partida, e os amplia, através de atividades que têm um significado concreto para a vida das crianças e que, simultaneamente, asseguram a aquisição de novos conhecimentos... A confiança nas possibilidades de as crianças se desenvolverem e a valorização das suas manifestações... redundam num trabalho pré-escolar sistemático e intencional, direcionado à transmissão de novos conhecimentos e à garantia de novas aprendizagens...”

Já 12 professores (70,5% dos questionados) avaliaram como sendo função da Educação Infantil, “favorecer o processo de alfabetização”. Mas, como diz ABRAMOVAY e KRAMER, alfabetizar não se restringe somente à aplicação de práticas repetitivas de escrita, leitura e cálculo, é um processo de representações que engloba substituições estudadas, as

crianças estão agrupadas por turmas (idades), somente 7 professores estão com criança de diferentes idades, haja vista a necessidade de se trabalhar com anexos. De uma comunidade à outra, é difícil o deslocamento e até mesmo os pais, se sentem receosos em levar suas crianças para as creches.

*“Ainda é algo que eu acho que não é diferente em muitos cantos. O grande desafio é a consciência da própria família em entender, em compreender, a importância do desenvolvimento infantil, da criança, nessa faixa etária. Nós ainda temos muitos pais, muitas mães de família, muitas famílias, que ainda relutam em querer deixar as crianças irem para a escola nessa faixa etária, porque acham que é judiar, é que, puxar cedo demais da criança, que, como se isso fosse um prejuízo, né? Eles, coitados, eles não conhecem, não têm formação básica necessária, eles ignoram os conhecimentos que os educadores têm, que os estudiosos têm com relação ao desenvolvimento da criança nessa faixa etária. E têm alguns que colocam não com essa consciência, às vezes colocam simplesmente por colocar, então é, não tem ainda uma consciência por parte das famílias, dos responsáveis por essas crianças da grande importância, que é dar esse acompanhamento que a escola faz esse trabalho sistemático e a família acompanha neste estilo a aprendizagem que a criança tem, um grande potencial de aprender e de se desenvolver, principalmente nessa faixa que vai dos 0 aos 5 anos de idade. O grande desafio hoje, é exatamente isso de ouvir discursos de pais, mães, que dizem que têm pena que acordam o menino cedo, que num sei o quê e que acho que fica longe, e que vai ficar longe do nenê e que isso pode ser prejudicial. São poucos os que acreditam que a criança aprende nessa faixa etária...”**

GOMES e COELHO (2000), escrevem da importância de se pensar o número de crianças por turma, bem como a razão do número de crianças por professor.

*“18 meses a 2 anos – 8 crianças por professor, 2 a 3 anos – 10 crianças por professor e 4 a 6 anos, 14 crianças por professor...
...As crianças menores até 3 anos, e principalmente, os bebês, exigem um cuidado mais individualizado. Já as crianças 4 a 6 anos têm mais atendimento individual do professor”. (IBDEM:11 - 12)*

As turmas de 18 meses a 2 anos, se encontra com um número de crianças muito bom para o professor trabalhar crianças. Nas turmas de 2 a 3 anos, o número de crianças por professor varia entre 14 e 25. Vale salientar que nas salas onde têm 25 crianças (sede), 2 professoras fazem o trabalho pedagógico. Com relação de 3 a 4 anos, o número varia entre 18

* Professor Francisco Lucilane de Moura – Prefeito Municipal de Palhano. Entrevista realizada no dia 06/03/2002.

e 23 crianças por professor. Nas turmas de 4 - 5 - 6 anos, o número de crianças por professor, está entre 08 a 20 crianças. Existe ainda, o caso das turmas de 2 a 6 anos, que variam de 14 a 25 crianças por professor.

O acompanhamento pedagógico do professor é feito pelo Coordenador da escola (ou creche), com atividades planejadas semanalmente (das informações coletadas, somente em uma creche é feito mensalmente e em outra, quinzenalmente). Só no Projeto Roda Moinho é que esse acompanhamento é feito por técnico da Secretaria de Ação Social.

Com relação aos recursos materiais utilizados para o desenvolvimento do trabalho educativo, 13 professores consideraram satisfatórios e 5 insuficientes.

Analisando o espaço físico da instituição de Educação Infantil, 4 professores, consideram ótimo, 6 bom e 8 regular, uma vez que, 14 professores dispõem somente do espaço interno para desenvolver suas atividades pedagógicas, bem como as que envolvem movimentos amplos como correr, pular, saltar, etc. os 4 professores que assinalaram o conceito ótimo trabalham numa creche (da periferia), que dispõe de um espaço externo calmo e bom para trabalhar com as crianças, utilizando por isso, os dois: interno e externo.

De uma maneira geral, avaliando as condições de funcionamento da instituição onde trabalham, somente 1 professor, considerou-a “excelente”; 4 como “ótimo”; 9 assinalaram “boa” e 4 a classificaram como “regular”.

Nota-se portanto, que ao responder os questionários, os professores fizeram uma reflexão sobre a identidade do estabelecimento de educação infantil em que estão trabalhando, levando em consideração, desde o funcionamento pedagógico até a estrutura arquitetônica, no que se refere a organização do espaço.

A formação destes 18 professores é a seguinte:

- 1 professor - escolaridade 2º Grau Científico;
- 10 professores - escolaridade 2º Grau Pedagógico;
- 7 professores - escolaridade superior incompleto.

4.3.2 Entrevistas

Tentando verificar esta construção, surge a necessidade de ouvir e analisar as razões práticas e políticas para a Educação Infantil, tendo como fonte o estudo sobre os discursos oficiais que tem sido feito pelos gestores responsáveis diretamente a essa etapa da Educação Básica no Município de Palhano.

Para tanto, tem-se como fonte principal a documentação oral, através das entrevistas realizadas com o Prefeito Municipal, Secretários de Educação e Ação Social e a Coordenadora do PSF. Estas entrevistas, em algumas partes são analisadas em forma de texto e em outras, far-se-á a transcrição na íntegra.

Tenta-se no discurso deste, comparar as concepções acerca da oferta de atendimento à criança de 0 a 6 anos, através da pergunta-chave: o atendimento à criança de Palhano é feito como assistencialismo ou compromisso social.

O primeiro depoimento, é a Secretária de Ação Social, professora Maria Meires de Lima Moura, que fala do comprometimento desta Secretaria com o atendimento sem exclusão à criança palhanense. Enfatiza ainda, o trabalho realizado com a família destas crianças, no tocante a sensibilização e a conscientização de se promover um melhor atendimento à criança nessa faixa etária.

Expôs os programas que já foram desenvolvidos e que terão continuidade neste ano de 2002, dando-se prioridade aos trabalhos realizados nas creches e no Projeto Roda Moinho, que foi um Programa mantido com os recursos do Governo Federal no período de maio à outubro de 2001, e que agora o Município abraça com recursos próprios, haja vista o seu sucesso:

*“... O trabalho é feito com profissionais da educação, como o pessoal do PSF, os monitores e professores encaminham essas crianças (falando das crianças desnutridas), pra serem avaliadas pela a enfermeira as vezes, o médico dependendo do grau, elas têm esse acompanhamento com profissionais da área de saúde, educação e também com assistente social...”**

Se trabalha ainda neste programa, com políticas direcionadas às famílias carentes, destas crianças, através de oficinas que ensinam como preparar, a multimistura, até cursos de artesanato, bombeiro hidráulico, eletricitas (em parceria com o CVT, SEBRAE, etc.) da renda familiar e de orientações sobre como melhor administrar o recurso que os pais recebem.

Fala ainda do objetivo de se trabalhar com a família:

*“...Resgatar, essa questão da família, ter o compromisso com o filho, porque a gente tem observado ultimamente que as famílias... algumas famílias que estão relaxando, com os cuidados com os filhos, com a educação dos filhos, no geral, né? Educação no geral... E a família, é a célula 1ª da Sociedade”.***

Ao se perguntar se o atendimento dado à criança de Palhano é feita como assistencialismo ou compromisso social, a mesma é enfática:

*“...Como compromisso social, né? Nosso compromisso com a população palhanense é um compromisso de igualdade, sem distinção... Se a exclusão se dá, é porque nem todas as pessoas estão amparadas pela Lei Orgânica da Assistência Social... A lei nos permite, atender somente a família que ganha menos de 1/4 de um salário mínimo per capita”****

* Professora Maria Meires de Lima Moura – 1ª Dama do Município de Palhano e Secretaria Municipal de Ação Social. Entrevista realizada no dia 06/03/2002.

** Ibidem.

*** Ibidem.

Com relação a área de Saúde, buscou-se diagnosticar a forma de atendimento à criança palhanense, através da entrevista com a enfermeira Ivelda Portela, Coordenadora do PSF neste Município. A mesma explicou sobre as ações que o Secretário de Saúde vem desenvolvendo com relação ao atendimento à criança de 0 a 5 - 6 anos, bem como às mães destas crianças.

*“...Tem uma parceria com a Ação Social, no atendimento, é, e monitoramento, das crianças de 2 a 6 anos, é Programa Roda Moinho... acompanhamento mensal... Temos também um programa de Puericultura, onde são atendidas crianças de 0 a 1 ano, mortalidade infantil... O Programa Agente Comunitário de Saúde, atende crianças de 0 a 2 anos... temos também, é, o Programa da Anemia Ferropriva que também, é, contempla as crianças é, de 6 meses a 2 anos, com o acompanhamento mensal da Saúde da Família... O programa de Imunização, Bolsa-Alimentação e do Grupo de Gestante e atividades educativas como palestras, oficiais... Além do Pré-Natal, do Programa de Puericultura, as mães têm garantido a prevenção ginecológica (4 meses após o parto) e também o Planejamento familiar...”**

Quando se faz a pergunta-chave desta entrevista, a mesma responde que,

*“...Temos que levar em conta que nós temos uma cultura e a população é carente, o poder sócio-econômico muito baixo e é impossível não fazer um certo assistencialismo. Mas junto a isso, a gente tem o compromisso social, de não tá fazendo o assistencialismo exclusivo, ...Tudo tem que ser feito em conjunto, com responsabilidade, com compromisso, com vontade de fazer as coisas acontecerem”.***

Quando se procurou falar com o Secretário de Educação, professor Nilson Freitas, o mesmo explicou que a política deste Município está em consonância com a política nacional e estadual, pois já se tem o Ensino Fundamental universalidade, buscando alcançar o permanente sucesso e permanência do aluno na escola.

* Maria Ivelda Portela de Aguiar - Enfermeira e Coordenadora do Programa Saúde da Família (PSF). Entrevista realizada no dia 06/03/2002.

** Ibidem.

Informa ainda, que as escolas estão realizando a mobilização diária, através do contato direto com a família/comunidade acerca da educação e desenvolvimento da criança. Em parceria com a Secretaria de Ação Social, há o trabalho de uma Irmã Josefina, objetivando fazer uma conscientização com as famílias dos alunos, através de visitas domiciliares.

As parcerias firmadas são de grande importância para o desenvolvimento da Educação Infantil no Município, através da intersetorialidade entre as Secretarias Municipais, pois dá para se fazer um diagnóstico geral e daí, buscar a implantação das ações já existente. Quando se planeja, se erra menos. É preciso sempre se trabalhar com metas, para alcançar os objetivos da educação.

A Educação Infantil hoje, tem escolas específicas, as turmas estão agrupadas em sua maioria em grupos, com a mesma idade, o que agiliza a dinâmica dos projetos realizados em sala, já que todos estão praticamente com o mesmo potencial cronológico. E algumas crianças, de 5 a 6 anos de idade, já ingressaram no Ensino Fundamental.

É desenvolvido, com relação à proposta pedagógica desta Secretaria, uma junção dos vários métodos, das várias correntes, tirando o que há de melhor de Freinet, Freud, Emília Ferreiro, dentre outros. Procura-se através dos técnicos e professores, promover às crianças da Educação Infantil, uma educação que os levem ao Ensino Fundamental, mais críticos e capazes de aprender aprendendo.

Com relação a Agenda 0 - 5 anos, diz:

*“...É mais uma das preocupações dos Governos, quer seja na esfera estadual. E o Município de Palhano, não podia se dar ao luxo de ficar de fora, até porque com orientação da Prefeitura Municipal, no ano passado, nós tínhamos interesse em dar todo um aparato à essas crianças e até porque nós sempre acreditamos, que se nós trabalharmos a criança de 0 a 6 anos, estamos trabalhando um cidadão para o futuro...”**

* Professor Francisco Nilson Freitas – Secretário Municipal de Educação. Entrevista realizada no dia 12/03/2002.

Ainda com relação às parcerias, além dos órgãos fora do Município, os órgãos municipais têm sido grande parceria: na merenda escolar, na montagem da brinquedoteca, no atendimento odontológico, nas palestras de educação aos pais, entre outros, com vista, a se chegar ao nível educacional que se deseja.

Ao lançar a pergunta-chave, responde da seguinte maneira:

*“...A palavra assistencialismo (clientelismo), nós temos abolido de nosso dicionário nos últimos tempos... E também da nossa prática... A criança tem sido prioridade no Município... foram distribuídos fardas escolares no ano passado; a merenda escolar, nós procuramos não deixar faltar; o material escolar que a gente tem podido arranjar para todas as salas de Educação Infantil, a gente tem conseguido... E hoje o Município tem a obrigação, de dar o melhor de si, o máximo que puder pra, para o desenvolvimento dessas crianças, principalmente, eu friso mais uma vez as crianças de 0 a 6 anos de idade... Até porque... independente de ser constitucional, é interesse nosso... dentro do Plano Plurianual, dar uma assistência diferenciada à essas crianças”.**

Dando continuidade à entrevista, procurou-se falar com o Prefeito Municipal, professor Francisco Lucilane de Moura, para ouvir e depois analisar os argumentos por ele defendidos com relação a educação infantil.

O mesmo diz que o verdadeiro papel do Município no tocante à Educação Infantil é concebê-la como prioridade, conforme define a nova LDB N.º 9394/96. Procura-se assim, expandir, ampliar e manter a oferta e os espaços de infra-estrutura e dá condições dos recursos humanos, para que se assegure o desenvolvimento de habilidades necessárias para o crescimento cognitivo da criança.

Toda criança, nessa faixa etária, é inteligente, tem habilidades a serem desenvolvidas, tem aptidões e grande potencial, e o que precisa é que essas crianças tenham oportunidades iguais, quer morem na zona rural, que morreu na zona urbana.

* Professor Francisco Nilson Freitas – Secretário Municipal de Educação. Entrevista realizada no dia 12/03/2002.

Demonstra, como educador, uma preocupação com a qualidade do Ensino Infantil, explicitando que a mesma está rodeada de aspectos que formam um conjunto: cognitivo, social, afetivo, cultural, psicomotor, que devem convergir para o ponto principal da educação, que é a aprendizagem.

Frisa a importância da expansão do atendimento às crianças de 0 - 5 - 6 anos, como forma de garantir a democratização das oportunidades educacionais. Universalizar e democratizar estão interligadas. É o Município teve aumentos significativos, apesar dos problemas que são causados pela territorialidade. É uma faixa definitiva para a vida da criança.

De acordo com o Prefeito Municipal, Palhano utiliza recursos próprios para sustentar os programas destinados à Educação Infantil, dispondo ainda de convênio com a SETAS e o Ministério da Previdência da Assistência Social do Governo Federal: Projeto Roda Moinho e o Programa do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Existem ainda programas como o Bolsa-Alimentação que é significativo para o Município.

É preciso cuidar além da estrutura física e material, com a formação de recursos humanos, que envolva os professores da Educação Infantil. E vale salientar que a maioria está cursando a Faculdade (que já foi falada anteriormente), outras fazendo curso de formação continuada e o acompanhamento sistemático desse profissional nas atividades desenvolvidas junto às crianças palhanenses.

Define a parceria entre as três Secretarias engajadas com a Educação Infantil (Educação, Saúde e Ação Social), como um casamento perfeito. Explicou ainda, que em 2001, foi criado o Departamento de Apoio à Educação Infantil, mediante a aprovação do mesmo pela Câmara de Vereadores. Esse Departamento se encontra subdividido em creche e

pré-escola, o que facilita o acompanhamento, como um todo a educação das crianças nessa idade.

Respondendo à pergunta-chave, o prefeito diz que:

“...A concepção de assistencialismo, dificulta o trabalho com a educação infantil... Haja vista, não haver uma diferenciação entre Creche e Pré-Escola... E o local virava um merendório, lugar de brincadeiras, não tinha atividades dirigidas e intencional, que o professor busca desenvolver, que busca o aperfeiçoamento e a aprendizagem da criança naquela faixa etária. Então, nós nos enquadrámos aqui, como compromisso social, porque mesmo o Programa Roda Moinho, que é o que vislumbra é bastante a questão da alimentação por conta da desnutrição das crianças nessa faixa etária, mas ela tem um eixo importante, né?... o eixo da educação que cuida da parte da socialização... do entrosamento das crianças, é, que é fundamental nesse período...

*...Colocamos em janeiro de 2002, um centro de lazer infantil... para que as crianças possam de fato com as suas famílias, terem um espaço seguro, num parquezinho infantil, puder brincar, se entrosar com outras crianças... E até mesmo para os professores dessa área levaram as crianças de sua escola... Um espaço destinado basicamente ao desenvolvimento da criança”.**

* Professor Francisco Lucilane de Moura – Prefeito Municipal de Palhano. Entrevista realizada no dia 06/03/2002.

CONCLUSÃO

Pretende-se circunscrever nesta conclusão, a noção de que é possível ao Poder Público Municipal, traduzir desafios em prioridades, possibilitando assim a formulação, implementação e gerenciamento das Políticas Públicas objetivada.

Viu-se no decorrer deste, que o atendimento público à criança no Brasil não é algo novo, haja vista que na década de 1870 (século XVIII), ser assinalado referências à creches populares para filhos recém-libertos de mães escravas.

Quando se analisou o contexto histórico do atendimento à criança de 0 a 6 anos, observou-se claramente a divergência quanto a sua função pelos diversos órgãos do Poder Público. Passa de atendimento médico e sanitário, para agrupar o aspecto social e nutricional e, só muito tempo depois o aspecto educacional.

Constatou-se ainda nesta pesquisa que os programas de Educação Infantil ficam muitas vezes, fragmentados, uma vez que as esferas públicas “esquecem” de dar continuidade aos mesmos. Este é o caso do Programa Roda Moinho, que fora lançado com recursos do Governo Estadual e que hoje, o Município está arcando com as despesas, para que continue a acontecer.

Porém, mesmo com a descontinuidade das Políticas Públicas, principalmente na que se refere à Educação, é notória a importância que a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDB – 9394/96), trouxeram para a Educação Infantil e que foram implementados pelo PNE (Lei N.º 10172/01).

A mobilização popular, os programas governamentais e as decisões políticas, têm sido transformados em meios eficazes para a garantia da expansão de matrículas, conscientização sobre os direitos, a importância e a urgência da educação infantil.

Finalmente a educação infantil passou a ser vista, além de um direito constitucional, como um dever do Estado em parceria com a família e a comunidade, para que possibilite a integração dos aspectos inerentes à criança e a sua formação total. E, é nesse momento, que outros organismos da sociedade, desejam engajar-se ou já se engajaram na luta para efetivar o atendimento à criança de 0 a 6 anos.

Palhano, nesse contexto, busca concretizar as medidas estabelecidas pela Política Nacional e Estadual, quando estabelece uma política educacional intersectorializada, visando somar esforços, competências e recursos, para a obtenção eficiente do atendimento à criança de 0 a 5 - 6 anos; quando busca a formação continuada do quadro de profissionais que trabalham com essa faixa etária; quando articula propostas educacionais fundamentadas e explicitadas, contribuindo para o desenvolvimento infantil; quando tem o compromisso político e social com a continuidade do processo educativo integrando pré-escola com a proposta pedagógica do Ensino Fundamental; quando procura garantir um espaço próprio e estruturado para a educação infantil.

Buscou-se ao longo deste trabalho, constatar se a Política de Educação Infantil no Município de Palhano é ofertada como Assistencialismo ou Compromisso Social para com a criança palhanense. Através do estudo dos vários planos, das conversas informais com educadores e pais, da aplicação dos questionários, da visita às instituições de Educação Infantil e nas entrevistas realizadas, conclui-se que a Política Municipal está ultrapassando o

mero assistencialismo (clientelismo político) e se tornando compromisso social do grupo gestor que ora está a frente do governo.

O Município é responsável pela Educação Infantil e não ignora o fato de que é preciso o trabalho conjunto de educação, de assistencialismo social e de saúde para suprir as deficiências encontradas com a demanda atendida. Mas é preciso frisar, que o compromisso com a qualidade do atendimento deve derrubar as barreiras do assistencialismo preconceituoso com a pobreza.

Os entrevistados comungam dos mesmos ideais, que é fazer um atendimento comprometido com a criança palhanense. Os questionados demonstram em suas respostas, certos anseios, expectativas e também insatisfação com algumas situações vivenciadas. E isso é bom, pois a inquietação leva a luta e esta por sua vez, pode resultar em vitórias. É necessário que os educadores principalmente, junto à comunidade, exijam sempre, educação infantil com qualidade em todos os aspectos.

Com compromisso social, é possível transformar a educação; conquistar e firmar parcerias; traduzir as prioridades; segurar recursos e administrá-los com seriedade e transparência; fazer da escola um ambiente saudável, prazeroso e adequado à transmissão de conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores e conscientizar a comunidade de que ela pode formar uma ponte com a escola... Mesmo que se “esbarre” em grandes desafios, conclui-se que, se existir vontade política suficiente, estas barreiras poderão ser galgadas com sucesso, porque se houver entusiasmo nos afazeres e paixão pelos desafios, é possível construir a cidadania em sua prática.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M. S. G. & COELHO, R. C. F. A Instituição de Educação Infantil. Fortaleza: SEDUC, 2000.

BRASIL. Constituição Federal. Promulgada em 05/10/1988. Brasília: 1998.

CEARÁ. Plano Decenal de Educação para Todos: 1993 –2003. Fortaleza: SEDUC, 1994.

CRUZ, S. H. V. Infância e Educação no Brasil: resgatando um pouco da história. Fortaleza: SEDUC, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é participação política. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

DIDONET, Vital. A Educação Infantil na Nova LDB. In: **Revista do Professor de Educação Infantil - Criança**, nov./1994.

EDITORA GLOBO – Dicionário de Sociologia. 1ª Ed. Rio Grande do Sul: Globo, 1963.

MEC. Lei n.º 9394 – Diretrizes Bases da Educação Nacional: Promulgada em 20/12/1996. Brasília: dez/1996.

MEC. LEI n.º 10172 – Plano Nacional de Educação aprovado em 09/01/2001. Brasília: jan./2001.

MEC. Política de Educação Infantil – Proposta. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1993.

MELLO, Guiomar Namó de. Educação Escolar: Paixão, Pensamento e Prática. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

NICOLAU, Marieta Lúcia Machado. A Educação Pré-Escolar: Fundamentos e Didática. 8ª Ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____ **Textos Básicos de Educação Pré-Escolar.** São Paulo: Ática, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO. SEMECD/DEI. Pasta de Documentação da Educação Infantil. Palhano: 2001.

_____ **S. A. S. Relatório de Gestão.** Palhano: 2001.

ROCHA, Limério Moreira da. Russas sua origem, sua gente, sua história. Prof. Elizeu Ferreira Lima. Recife, Recife Gráfica. Ed. 1976, 218p. il. inclui bibliografia.

ROSEMBERG, Fúlvia. Temas em Destaque: creche. São Paulo: Cortez, 1989.

SOUZA, Solange Jobim & KRAMER, Sônia. Educação ou Tutela? A criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Loyola, 1991.

VIEIRA, S. L. & ALBUQUERQUE, M. G. M. Política e Planejamento Educacional. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, UECE, 2001.

_____ **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, UECE, 2001.

FONTES

ENTREVISTADOS

Francisco Lucilane de Moura – 06/03/2002

Maria Meires de Lima Moura – 06/03/2002

Maria Ivelda Portela de Aguiar – 11/03/2002

Francisco Nilson Freitas – 12/03/2002

QUESTIONADOS

Maria Eunice Rodrigues Gonçalves

Érika Santiago de Oliveira

Fátima da Silva Girão

Silvineide Barros da Silva

Maria das Graças de Sousa

Maria das Graças Ferreira de Oliveira

Mirla de Oliveira Costas Silva

Francisca Ferreira da Silva

Ana Maria da Costa Lima

Maria da Conceição da Silva

Maria José de Oliveira Pascoal

Galluzi Fernandes Galvão

Maria Elizângela de Lima

Raimunda Florêncio de Moura

Ozirene Ferreira da Fonseca

Maria Ivone do Nascimento

Maria José Lima da Fonseca

Flaviano Beserra

ANEXOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Curso de Especialização
em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio

Aluna: Francisca Nilma da Silva

Março/2002

CRITÉRIOS PARA OBSERVAÇÃO IN LOCO

1. Condições de funcionamento.
2. Organização dos agrupamentos (períodos, ciclos, turma).
3. N.º de crianças por professor.
4. Organização do espaço físico (interno e externo).
5. O quadro de pessoal: direção
equipe pedagógica
demais funcionários
6. N.º de professores da instituição observada.
7. A função dos professores/educadores.
8. Estrutura da sala de atividades.
9. Organização do tempo: as rotinas.
10. Recursos materiais.
11. Merenda.
12. Relação professor e criança(s).
13. Visão geral.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Curso de Especialização
em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio

Entrevistado: Prefeito Municipal de Palhano – Francisco Lucilane de Moura

Entrevistador(a): Francisca Nilma da Silva

1. Qual é o papel do Município para realização da Política de Educação Infantil?
2. Enquanto Gestor, que idéia você faz acerca da infância palhanense?
3. Como deve ser a educação infantil de qualidade?
4. Para você, expandir o atendimento às crianças de 0 a 5 – 6 anos, representa a democratização das oportunidades educacionais para essa faixa etária? Por quê?
5. Quais os recursos que o Município utiliza para sustentar os programas destinados à Educação Infantil?
6. Existe alguma política no que se refere à formação de recursos humanos? Você pode especificar?
7. Quais das Secretarias do Município, é responsável pelo atendimento em creches e pré-escolas?
8. Qual é o grande desafio enfrentado, na Educação Infantil Palhanense?
9. A Educação Infantil no Palhano é oferecida como “assistência à criança ou é compromisso social”? Justifique.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Curso de Especialização
em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio

Entrevistado(a): Coordenadora do PSF – Maria Ivelda Portela de Aguiar

Entrevistador(a): Francisca Nilma da Silva

1. Como a Secretaria de Saúde, tem participado do atendimento a criança de 0 - 5 - 6 anos?

2. Que ações, esta Secretaria desenvolve, para atender a criança palhanense?

3. Que ações, planeja-se, por esta Secretaria, para expandir um atendimento integrado às crianças?

4. Que tipo de atendimento, a Secretaria de Saúde, presta as mães das crianças na faixa etária 0 - 5 - 6 anos?

5. O atendimento a criança de Palhano é feita como “assistencialismo ou compromisso social”?

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Curso de Especialização
em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio

Entrevistado(a): Secretária Municipal de Ação Social – Maria Meires de Lima Moura

Entrevistador(a): Francisca Nilma da Silva

1. Como é feito o atendimento à criança palhanense, por esta Secretaria?
2. Que ações já foram desenvolvidas e que foram significativas, para o desenvolvimento das crianças na faixa etária de 0 - 5 - 6 anos?
3. Quais as ações previstas para atender a criança de 0 - 5 - 6 anos, neste ano?
4. Existe alguma política direcionada às famílias carentes e que as crianças também participem? Qual?
5. O atendimento dado à criança de Palhano, é feita como “assistencialismo ou compromisso social”?

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Curso de Especialização
em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio

Entrevistado(a): Secretário Municipal de Educação – Francisco Nilson Freitas

Entrevistador(a): Francisca Nilma da Silva

1. Qual a política desta Secretaria para a criança de Palhano, no tocante à Educação?
2. Existe alguma(s) iniciativa(s) de mobilização da família/comunidade, acerca da educação e desenvolvimento da criança? Qual(is)?
3. De que maneira esta Secretaria, busca a integração das ações para o atendimento às crianças?
4. Como é feito o atendimento a criança na faixa etária 5 - 6 anos? Por quê?
5. Qual a importância da Agenda 0 - 5 anos, para as ações que já foram, que estão e as que ainda estão para serem desenvolvidas, por esta Secretaria?
6. Como se desenvolve o trabalho pedagógico nas escolas municipal onde funcionam a educação infantil?
7. Que importância tem o trabalho integrado à outras Secretarias do Município, para o desenvolvimento da Política de Educação Infantil?
8. Além das Secretarias do Município envolvidas com a Educação Infantil, vocês buscam outras parcerias? Quais?
9. A Educação Infantil aqui em Palhano, é oferecida como “assistência à criança ou é compromisso social”?